



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Ipatinga

Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	10
2	Metodologia	15
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	15
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	24
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	24
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Ipatinga	26
3.1	Caracterização Geral	26
3.2	Análise temática	36
3.3	Clipping de Notícias	158
3.4	Textos Acadêmicos	161
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	165
4.1	Turismo	165
4.2	Cultura	166
4.3	Esporte e Lazer	167
5	Avaliação de Impactos	171
5.1	Metodologia	171
5.2	Resultados	191
6	Créditos e Referências	200
	Lista de Entrevistados	200
	Equipe Técnica	200

Referências	204
-------------------	-----

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	21
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	22
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	22
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce.....	23
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	23
Figura 6 Mapa de localização município de Ipatinga	31
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Ipatinga.....	40
Figura 8 Pontilhão de Ferro	142
Figura 9 Ipê Peroba.....	143
Figura 10 Árvore Ficos Elástica.....	144
Figura 11 Capa da cartilha Educação Patrimonial.....	146
Figura 12 Nuvem de termos clipping de notícias.....	160
Figura 13 Modelo de Gráfico de Radar	176
Figura 14 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos.....	177
Figura 15 Classificação da Significância de Impactos	178

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Ipatinga.....	35
Gráfico 2 Impacto na imagem do município	192
Gráfico 3 Impacto Ambiental e na Paisagem.....	194
Gráfico 4 Impacto Econômico no Setor de Turismo	196

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	18
Tabela 2 Taxa de urbanização de Ipatinga e de Minas Gerais (%)	27
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Ipatinga e de Minas Gerais	29
Tabela 4 IDHM e seus componentes - Ipatinga e Minas Gerais em 1991, 2000 e 2010	32
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Ipatinga e de Minas Gerais (2010 – 2013)	34
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)	36
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Ipatinga.....	38
Tabela 8 Meios de Hospedagem em Ipatinga.	50
Tabela 9 Equipamentos de Alimentos e Bebidas	55
Tabela 10 Serviços de Transporte.....	94
Tabela 11 Agências de Turismo	97
Tabela 12 Espaço para Eventos.....	100
Tabela 13 Locais e Templos de Fé/Edificações	101
Tabela 14 Outros serviços e Equipamentos Turísticos.....	106
Tabela 15 Atrativos Naturais	108

Tabela 16 Projetos aprovados no Fundo Estadual de Cultura - FEC – Ipatinga, 2006-2015	119
Tabela 17 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Ipatinga 2014-2015	123
Tabela 18 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Ipatinga 2013-2017	124
Tabela 19 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Ipatinga 2014-2016.....	124
Tabela 20 Atrativos Culturais.....	127
Tabela 21 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais	131
Tabela 22 Calendário Cultural	139
Tabela 23 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer	154
Tabela 24 Clipping de notícias - Ipatinga.....	158
Tabela 25 Síntese de Citações.....	162
Tabela 26 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	172
Tabela 27 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais	174
Tabela 28 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	197
Tabela 29 Entrevistados no município.....	200
Tabela 30 Equipe Técnica	200

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Ipatinga, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Ipatinga aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Ipatinga/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Ipatinga. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os municípios que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada– IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento –PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que,

com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O TapSee permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Ipatinga

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

Os registros sobre o processo de ocupação da região na qual se encontra Ipatinga remetem à construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas (IBGE, 2016).

Com o crescimento da população, criou-se, em 1934, uma escola de alfabetização para atender crianças e filhos de trabalhadores. Assim, em 12 de dezembro de 1953, o povoado tornou-se distrito de Ipatinga, por meio da Lei nº 1.039 (IBGE, 2016).

Estando subordinado a Coronel Fabriciano, o distrito tem sua dinâmica socioeconômica alterada pela inauguração da siderúrgica USIMINAS, em 1960. Com a Lei Estadual nº 2.764, de 30 de dezembro de 1962, Ipatinga é elevada à categoria de município, sendo instalada em 01 de março de 1963 (IBGE, 2016; IPATINGA, 2016).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

O município de Ipatinga possui área de 166,7 km², fazendo parte da Mesorregião do Vale do Rio Doce e da Microrregião de Ipatinga. Sua temperatura média é de 23° C (ATLAS BRASIL, 2016).

Os municípios limítrofes são: Coronel Fabriciano, Santana do Paraíso e Caratinga. Além da sede, Ipatinga tem Barra Alegre como distrito (MINAS GERAIS, 2016; IBGE, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, estima-se que a população de Ipatinga em 2016 era de 259.324 pessoas e sua densidade demográfica de 164,884 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Ipatinga foi de 1,86%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município cresceu a uma taxa de 1,2%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença pouco significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 99,25%, em 2000, alterou-se de modo pouco significativo em 10 anos, passando para 98,96%, em 2010. Valor menos elevado pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016). Desse modo, observa-se que Ipatinga é um município predominantemente urbano.

Tabela 2 Taxa de urbanização de Ipatinga e de Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
Ipatinga	População urbana	99,31	99,25	98,96
	População rural	0,69	0,75	1,04
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil.

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Ipatinga era composta por 48,53% de homens e 51,47% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,20% e 50,80%, respectivamente, não se observando, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Ipatinga, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que

são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 15,5%, em 1991, para 6,3%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

O percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (13,7%, em 1991, para 28,4%, em 2010), por sua vez, é inferior ao encontrado em Minas Gerais (17,17%, em 1991, para 32,55%, em 2010), ainda que de modo pouco significativo. Ademais, observa-se que, em 2010, 11,3% da população de Ipatinga possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Ipatinga possuem maior escolaridade, observando-se, ainda, que o percentual da população que completou mais anos de estudo é superior à do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁷, observa-se que em Ipatinga, no ano 2000, a razão de dependência foi de 45,7%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 38,85%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 6,26% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

⁷A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Ipatinga e de Minas Gerais

		1991	2000	2010
Ipatinga	Razão de dependência	62,32%	45,70%	38,85%
	Taxa de envelhecimento	2,56%	3,90%	6,26%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil

Identifica-se, assim, haver diferenças pouco significativas entre os valores atribuídos a Ipatinga e ao estado, tanto naquilo que se refere à razão de dependência, quanto à taxa de envelhecimento.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O acesso a Ipatinga se dá pelas vias terrestre, ferroviária e aeroviária. O município conta com terminal rodoviário⁸, estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas e com o Aeroporto da USIMINAS.

Ipatinga é atendida pela BR-381 e pela BR-116, situando-se a 215 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Coronel Fabriciano (14 Km) e Timóteo (23 Km). Diversas empresas de transporte rodoviário de passageiros atuam no município (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Ipatinga conta com as empresas Claro, Oi, TIM e Vivo como as operadoras de serviços de telefonia e internet móveis. O município

⁸ Endereço: Av. João Valentim Pascoal, nº 637. Centro. CEP: 35160-003; Contato: (31) 3822.2300.

possui 18 emissoras de rádio, entre as quais encontram-se a Rádio 101.5 FM, a Rádio 94 FM e a Rádio 95 FM.

A Figura 6 abaixo aponta à localização e as principais vias de acesso ao município de Ipatinga.

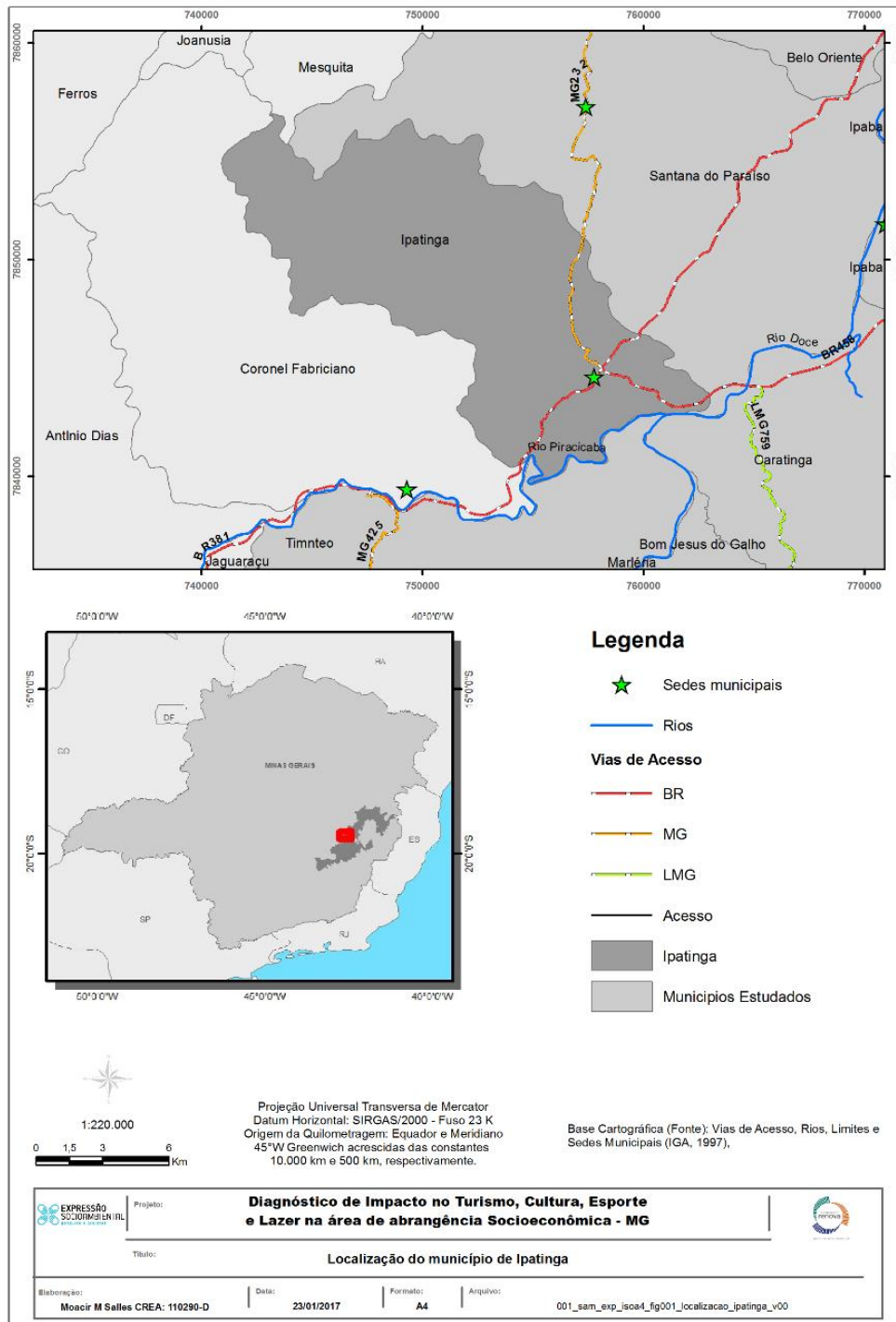


Figura 6 Mapa de localização município de Ipatinga

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Ipatinga, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,252 do IDHM total, 0,158 do IDHM longevidade, 0,116 no IDHM renda e 0,393 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Ipatinga e Minas Gerais em 1991, 2000 e 2010

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Ipatinga	0,519	0,684	0,771	0,706	0,787	0,864	0,636	0,697	0,752	0,312	0,583	0,705
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Ipatinga foi de 0,771 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar a evolução registrada nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,312 para 0,705. O índice referente a longevidade merece destaque, tendo Ipatinga alcançado 0,864 pontos em 2010, valor significativamente superior ao de Minas Gerais.

Ademais, observa-se que, naquele ano, o IDHM de Ipatinga manteve-se acima da média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macroestrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Ipatinga, é possível identificar que o PIB do município declinou no período de 2011 a 2013, passando de 1,5%, entre 2010 e 2011, para 0,3%, entre 2012 e 2013 (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 1,23% no período 2011-2013, sendo significativamente inferior ao do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Ipatinga cresceu menos que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Ipatinga e de Minas Gerais (2010 – 2013)

Localidade	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Ipatinga	10.753.548	1,5	10.960.381	1,9	10.992.308	0,3
Minas Gerais	619.103	7,0	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

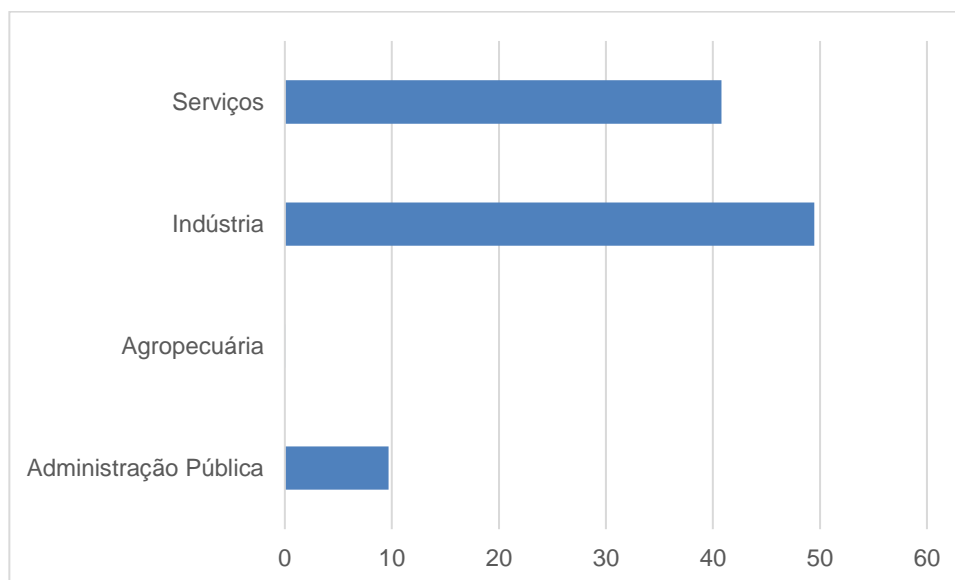
No tocante ao PIB per capita, destaca-se a sua evolução no período, sendo de R\$ 31.519,12, em 2010, e R\$ 36.879,60, em 2013. Constata-se, ainda, que, em 2013, o montante foi expressivamente superior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Ipatinga encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 9,7% e 40,81%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Ipatinga



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Outra atividade que se destaca na economia local e à indústria, correspondente a 49,48%. Já à agropecuária, representa 0,01%. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8% (PRÁXIS, 2016). Observa-se, portanto, que a dinâmica econômica do município é fortemente marcada pelas atividades ligadas aos setores industrial e de serviços.

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Ipatinga possuía 79.841 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 106.503 no ano de 2010, indicando crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Ipatinga	79.841	106.503
Minas Gerais	5.058.328	6.806.149

Fonte: SIDRA IBGE.

Em 2014, a agropecuária era responsável por 102 empregos em 105 estabelecimentos, enquanto a indústria, especificamente de transformação, emprega 15,4 mil em 389 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 5,97 mil pessoas em 5 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística, identificou-se que Ipatinga conta com Lei Orgânica, promulgada em 01 de maio de 1990, e Plano Diretor, instituído pela Lei nº 3.350, de 12 de junho de 2014. O município conta, ainda, com legislação referente ao parcelamento e ao uso do solo urbano (Lei nº 3.408, de 27 de novembro de 2014).

3.2 Análise temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Ipatinga. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁹. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Ipatinga para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Ipatinga, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar em Ipatinga 341 bens, serviços e atrativos.

⁹ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Ipatinga

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	239
Equipamento de hospedagem	31
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	171
Transporte	12
Locais/templos de manifestação de fé	13
Serviços e equipamentos para eventos	9
Outro serviço e equipamento turístico	3
Equipamentos Culturais	46
Meios de Comunicação	16
Equipamentos Culturais	30
Equipamentos de Esporte e Lazer	16
Equipamentos de Esporte e Lazer	16
Atrativos	24
Atrativo natural	5
Atrativo cultural	19
Diversidade Cultural	16
Grupos Culturais	6
Calendário Cultural	8
Gastronomia	2
Total	341

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.

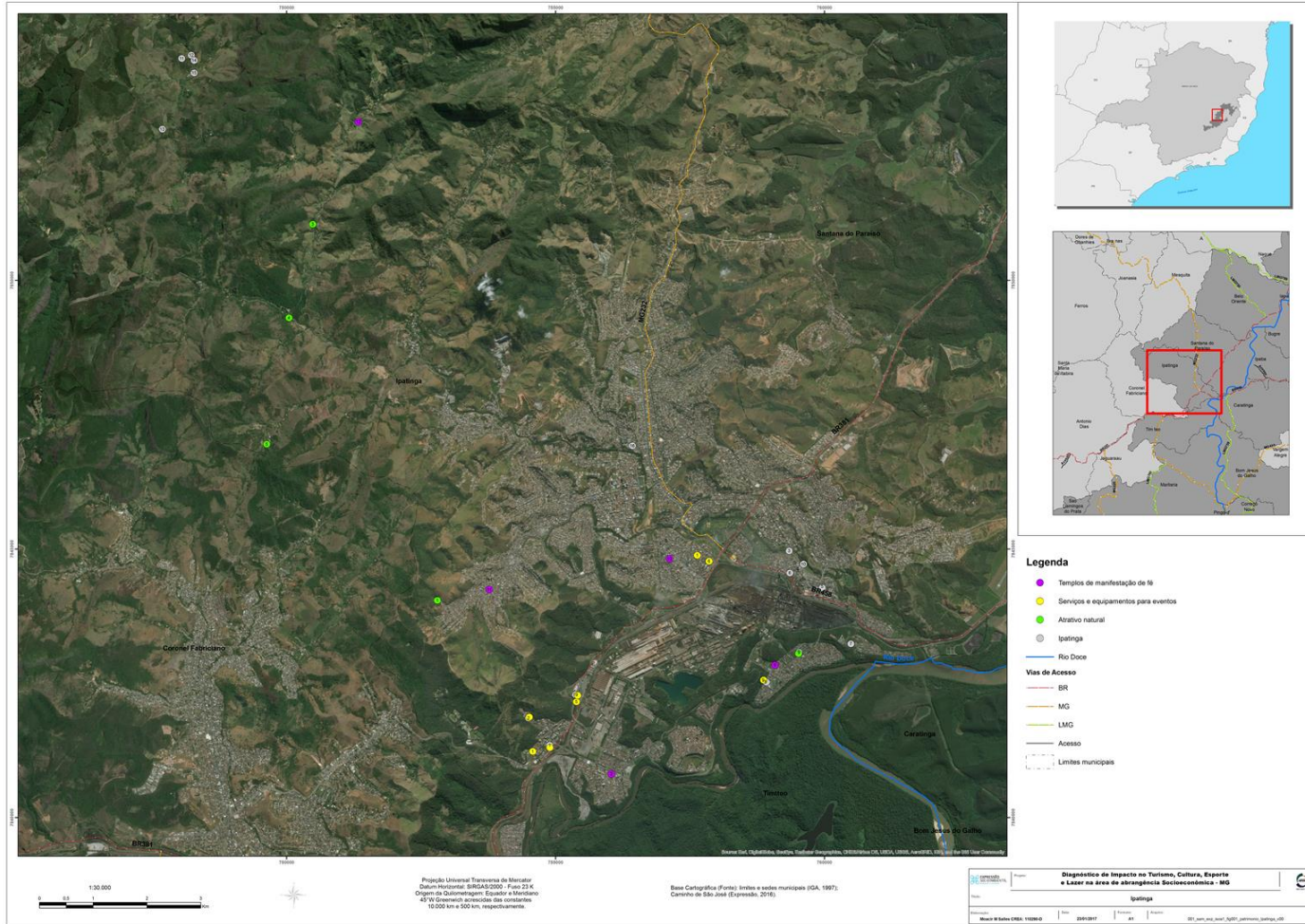


Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Ipatinga

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);
- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);

- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de gestão

As diretrizes nacionais sobre o setor de turismo dispõem que os municípios necessitam de um aparato institucional para constituir seu Sistema de turismo, dispondo de órgão específico para o setor, Conselho, Fundo e Plano de turismo, além de participar do programa de regionalização e do ICMS turístico, esta última prerrogativa específica do estado de Minas Gerais.

O indicador “Organização Turística do Município¹⁰”, que integra o Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, elaborado pela FPJ, mostra a participação do governo

¹⁰ O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular

municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei Nº 18.030/2009, Ipatinga ainda não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural; à época apenas 44 municípios no estado possuíam tais políticas. (FJP, 2013).

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo é o órgão responsável pela gestão do turismo no município. Ipatinga conta com Plano Municipal de Turismo, elaborado com a participação da sociedade civil representada pelo Conselho e comissão específica.

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, o PMT possui um horizonte de planejamento plurianual, normalmente de quatro anos, devendo ser reelaborado com base em mudanças no cenário socioeconômico e cultural do município, a fim de definir adequadas estratégias para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

O município possui Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, principal mecanismo de participação e controle social da política de turismo local, instituído em 1999 pela Lei nº 1.668/1999. O referido órgão encontra-se ativo, possui caráter consultivo e deliberativo sua composição é majoritariamente de representantes da sociedade civil.

Segundo a SETUR/MG (2014), o COMTUR é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

O COMTUR de Ipatinga está constituído por trinta membros, sendo metade efetivos e metade suplentes, representantes dos seguintes órgãos:

I - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SMDE;

II - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - SMECEL;

III - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Meio Ambiente - SESUMA;

IV - Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Prestação de Serviços de Ipatinga - ACIPAI;

V - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH;

VI - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC;

VII - Associação Brasileira de Agências de Viagem - ABAV;

VIII - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS;

IX - Terminal Rodoviário de Ipatinga;

X - Associação dos aposentados de Ipatinga;

XI - Instituto Estadual de Florestas - IEF;

XII - Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER;

XIII - Sindicato dos Empregados no Comércio de Ipatinga -

SECI;

XIV - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG;

XV - Associação dos Clubes Recreativos do Vale do Aço – ACREVA

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

O município possui Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, instituído pela Lei no. 1.667/1999, regulamentado pelo Decreto nº 5.081/2004 e em funcionamento. A gestão do FUMTUR é uma atribuição do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.

Segundo sua lei de criação, o FUMTUR destina-se:

“I - Ao fomento das atividades relacionadas ao turismo no Município, visando criar alternativas de geração de emprego, melhoria da renda e qualidade de vida da população de Ipatinga.

II - À melhoria da infraestrutura turística;

III - ao incentivo à divulgação do Município de Ipatinga e de seus produtos;

IV - Ao treinamento e capacitação de profissionais vinculados ao turismo;

V - À promoção de eventos empresariais, artísticos, esportivos, sociais e outros concernentes à demanda de negócios, cultura e lazer no Município de Ipatinga;

VI - À manutenção e criação de novos serviços de apoio ao turismo no Município.”

Ainda de acordo com a Lei nº 1.667/1999, as receitas do FUMTUR são provenientes de:

“ I - Dotações orçamentárias e créditos adicionais que lhes que lhes forem destinados pelo Município;

II - Contribuições, transferência de pessoa física ou jurídica, instituição pública ou privada, subvenções, repasses e donativos em bens ou espécies;

III - As resultantes de convênios, contratos ou acordos firmados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, dentre elas:

- a) Taxas de hospedagens, passagens aeroviárias, ferroviárias e rodoviárias;
- b) Produto de arrecadação de taxas, multas e juros no âmbito do Turismo;
- c) Participação na bilheteria de eventos artísticos, culturais e esportivos, com fins lucrativos;
- d) Venda de publicações e edições relativas ao Turismo;

IV - Patrocínio e apoio de pessoas jurídicas, nacionais ou estrangeiras, destinados a promoções, eventos, campanhas publicitárias e projetos especiais no âmbito do Turismo;

V - Demais receitas decorrentes do desenvolvimento do turismo;

VI - Rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes. ”

O FUMTUR já teve projetos aprovados, dentre os quais citam-se:

- Ipatinga Gourmet (duas edições);
- Decoração de Natal;
- Roteiro Ipatinga rural;
- Feira Regional de Turismo;
- Semana Municipal de Turismo.

O município também dispõe de uma Legislação sobre a implementação da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Rural no Município, instituída pela Lei nº 2.623 de

03/11/2009. Segundo o Art. 2º são diretrizes da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo Rural:

I - Parceria do Poder Público junto à iniciativa privada, à comunidade rural, às organizações não-governamentais, à comunidade científica, às instituições públicas internacionais e aos demais órgãos e instituições do poder público;

II - Compatibilização nas atividades de Turismo Rural com os princípios do desenvolvimento sustentável, promovendo:

a) Preservação e/ou resgate dos valores culturais, históricos e do meio ambiente na propriedade rural e na região do seu entorno;

b) Estímulo à manutenção das atividades agropecuárias na propriedade rural e na região do seu entorno;

c) Incentivo à utilização de mão-de-obra local e dos produtos da região do seu entorno pelo empregador do Turismo Rural;

d) Incentivo à preservação das características dos serviços e equipamentos oferecidos em uma propriedade rural.

III - Conscientização da população local sobre a importância do Turismo Rural, bem como a sua motivação e a capacitação para realização da atividade, por intermédio das instituições habilitadas;

IV - Preservação e combate da poluição ambiental;

V - O aumento da renda familiar, a promoção de ações de incentivo ao desenvolvimento econômico da região e a fixação do homem nas comunidades rurais.

Finalmente, as formas de apoio utilizadas pela prefeitura para promover, fomentar e apoiar iniciativas no setor do Turismo são recursos próprios do município, bem como apoios não financeiros.

Por fim, informa-se que FJP mensura o esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo11”. Os gastos orçamentários de Ipatinga na subfunção turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009.

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

O Município de Ipatinga participa do Programa Nacional de Regionalização e, conseqüentemente, integra a política estadual dos Circuitos Turísticos CTs, principal instrumento de gestão estadual, por meio do qual os municípios podem se inserir na regionalização do turismo.

Ipatinga integra o Circuito Turístico Mata Atlântica de Minas¹², constituído pelos municípios próximos ao Parque Estadual do Rio Doce: Açucena, Belo Oriente, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Marliéria, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata e Timóteo. “Em cada um desses municípios, encontra-se uma porção da riqueza natural da região, contemplada pela maior reserva contínua de Mata Atlântica e o terceiro maior complexo lacustre da América Latina, com 42 lagoas, e onde já foram identificadas mais de 1.000 espécies de vegetais e animais, características referentes ao Parque Estadual do Rio Doce. Somam-se a isso cachoeiras, trilhas, natureza preservada, boa acolhida, história e modernidade” (Senac,2016).

O município também participa do ICMS Turístico, e receberá em 2017, ano de referência de 2015, o montante de R\$ 2.313,28¹³. O ICMS Turístico é uma política estadual que visa

¹² http://www.descubraminas.com.br/Turismo/CircuitoDetalhe.aspx?cod_circuito=85

¹³ Publicação dos índices provisórios de Investimento em Turismo dos Municípios (IIT) e de participação para fins de distribuição da parcela de ICMS pelo critério Turismo em 2017, ano-referência 2015, nos termos do Artigo 9º, § 5º, da Lei Estadual n.º 18.030, de 12 de janeiro de 2009 (Caderno de Imprensa Oficial – Diário do Executivo, p. 122 – sábado, 12 de novembro de 2016, Governo Estadual de Minas Gerais).

investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasses mensais de recursos financeiros condicionados à formatação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/equipamentos de Apoio Turístico





O município de Ipatinga possui infraestrutura completa de atendimento ao turismo.

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são definidos nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc”. Com base em tal definição foram inventariados vinte e nove meios de hospedagem em Ipatinga. Somando a infraestrutura de todos os meios de hospedagem inventariados, o município possui aproximadamente 1.058 unidades habitacionais e 2.226 leitos.



Tabela 8 Meios de Hospedagem em Ipatinga.

Grande Hotel	Hotel Neves
	
Drinks Motel	Sítio Recanto do Vovô Teixeira
	



Hotel Terenas



Sítio Luar da Montanha



La Fontaine apart-hotel



Fazenda do Zaca



Chalé parque das cachoeiras



Sítio recanto dos sonhos





Hotel Independência



Hotel Domus



Hotel Salto Grande



Hotel Presidente



Hotel estrela do vale





Stell Valley



San Diego Suites



Hotel Abrantes



Hotel Domus

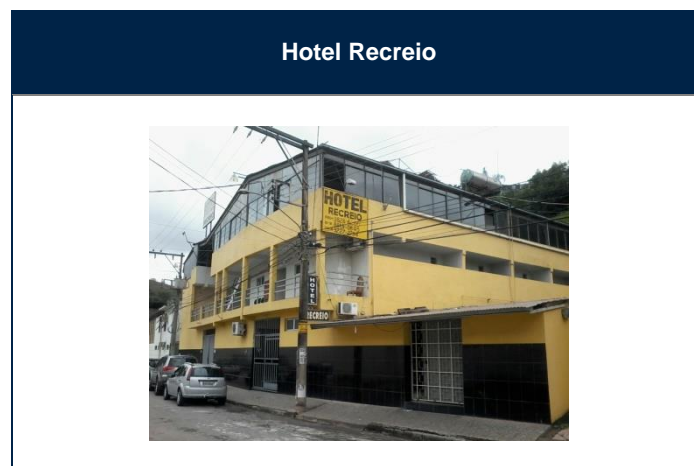


Hotel Nobre



Hotel Niterói





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

No segmento de Alimentos de Bebidas foram inventariados 167 estabelecimentos que prestam serviços remunerados.

Tabela 9 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Solo Delizie	Tuffik Comida Árabe
	

]

Restaurante Fazenda Tradição	Galpão
	



Sorveteira Pollar



Catira Restaurante



Platz Bruder hamburgueria



Garajão





Poita & Puça



Opção Lanches



Barriga Cheia



Pizzaria Reami





Estação do Chopp



Premialy padaria e lanchonete



Therapia da Cerveja



Horto Gril Churrascaria





Restaurante Pizzaria do Bolinha



Lemão lanches



Restaurante Mestre Cuca



Jean Pizzaria





Galeto e cia restaurante



Açaí Nucoco



Ombuzzu



Restaurante quintal do peixe





Restaurante Dona Cleide



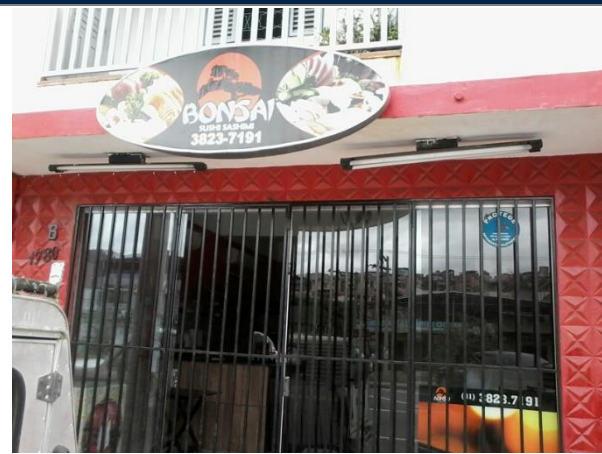
Padaria Premialy



Minas Restaurante



Bonsai sushi sashimi





Vovó Nem



Ponto da costela



Casa da Empada



Rafa's Restaurante





Opção Lanches



Big Pizza



Food and Fit



Sabor da Empada





Agab Chocolateria



Bar marisc



Xiang



Bar do romero





Pizza e Cia



Carnal Hamburgueria



Sorveteria Boca Fresca



Tony Espaguete





Bruder store



Restaurante Panela de Pedra



Buono Amici



Açaí Nucoco





Quintal do Peixe



Barriga Cheia



Pizzaria Regis



Bar Alto da Mata - Barduliu





Açaí Fit



Bar do Gordo



La Bambina Pizzeria e Restaurante



Diretório do Spetim





Frango na Brasa



Açaí House



Padaria Doce Pão



Ligue Japa





Ninas Bar



Gringos choperia



Jobar



Recanto do cupim





Santropero



Petisco



Suave Sabor



Tia Eliana





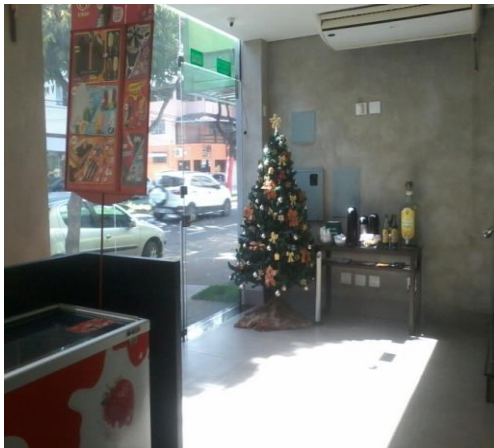
Mistura Fina



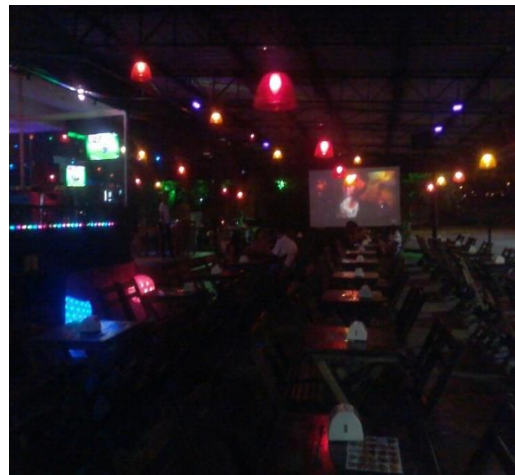
Pão Total



Restaurante Tradição



Sal & Brasa





Sorveteria Portuetto



Espaço Cultural Fundação



Padaria Total



Restaurante Domus





Bocão Lanches



Bili's



Colher de Pau



Lig China





Bar do Cupim



Cupim e Cia



Grano Café



Gema





Dom



Xama



Papparpadelle



Aorta Saladas e Crepes





Bar do Carlinhos



Honkan Sushi Gourmet



Magic Burger



Frutaice





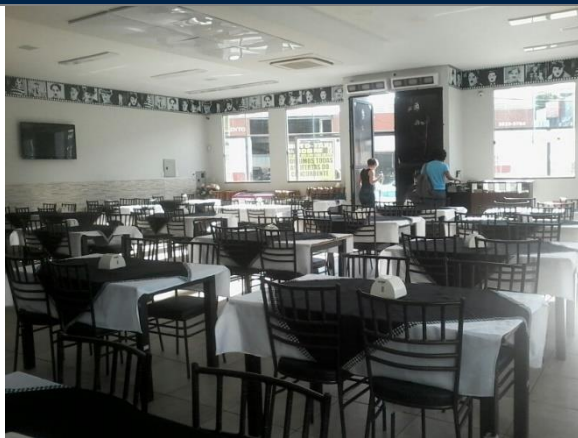
Nosttra Restaurante



Abracadabra



Pizzaria Chaplin



Padaria Pão e Pães





Frutos de Goiás



Tsur Choperia e Sushi Bar



Mundus Beer



Temakeria Armazém 90





Divino Sabor



Gran Gelato



Restaurante Mineiríssimo



Maria quintandeira quitutes e iguarias





Chiquinho Sorvetes



Bom Bar Barzim da Vânia



Churrascaria Encantado



Restaurante Menta Pimenta





Dom delicatessen e espaço gourmet



Vovó Eugênia



Peppers



Subway





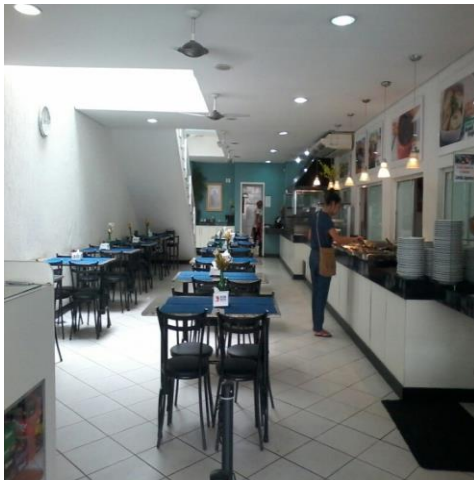
Degust Restaurante



Nuaçai



Bom Apetite



Praçaí





Tia Eliana



Cia do Sabor



Tempero Bom



Praçaí

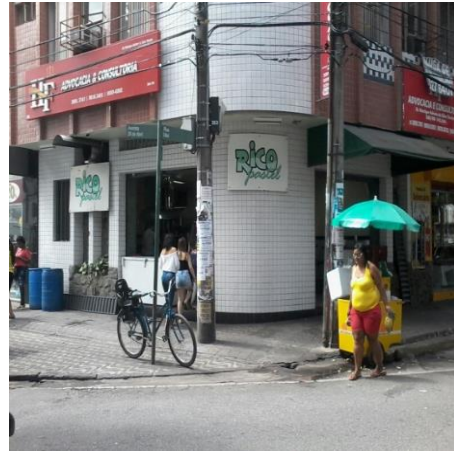




Subway



Rico Pastel



Barteco



Opções da Praça





Padaria Premialy



Max Maltine Horto



Chaplin Pizzaria



Grampian Delicatessen





Gohan Culinária Japonesa



Restaurante Catira



The Chef's Burger



Restaurante Dona Benta





Akilo Mineiro



Don Patrício



Francis Lanches



Empório Carnegole





All Gustus Restaurante e Espetinhos Especiais



Bar do Pedrim



Mazzo Café



Dona Benta





Restaurante Aprisco



Espaço Gourmet



Padaria do Horto



Tenda do Árabe





Akilo Mineiro



Peixe & Cia



Café Quatro Estações



Salada Sorvete





Restaurante do Hotel Panama



Ponto do Acarajé



Jack Chan



Sabor da Empada





Palato



Nina Restaurante

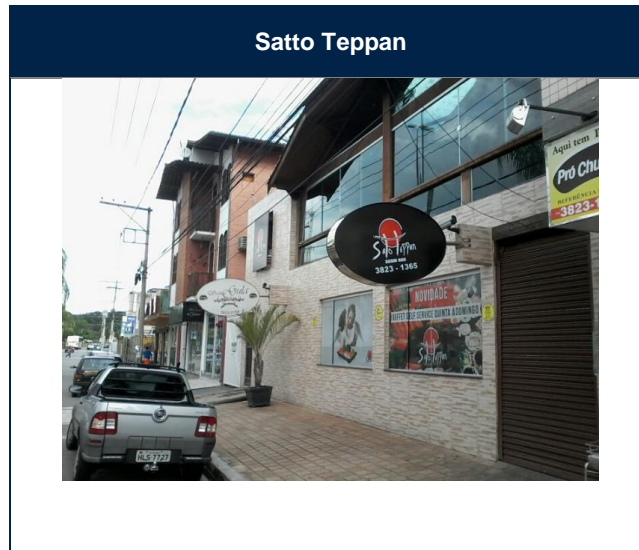


Pizzaria do Jaime



Komaki





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

As pesquisas de campo possibilitaram inventariar nove pontos de táxis e três locadoras de veículos como serviços de transporte turístico no município de Ipatinga.

Tabela 10 Serviços de Transporte

Ponto de táxi Veneza	Ponto de táxi cidade nobre
	



Mais aluguel de carros



Ponto de táxi shopping do vale



Ponto de Táxi



Ponto de táxi praça Altina Gonçalves



Localiza Aluguel de Carros



Ponto de táxi da praça 1 de maio



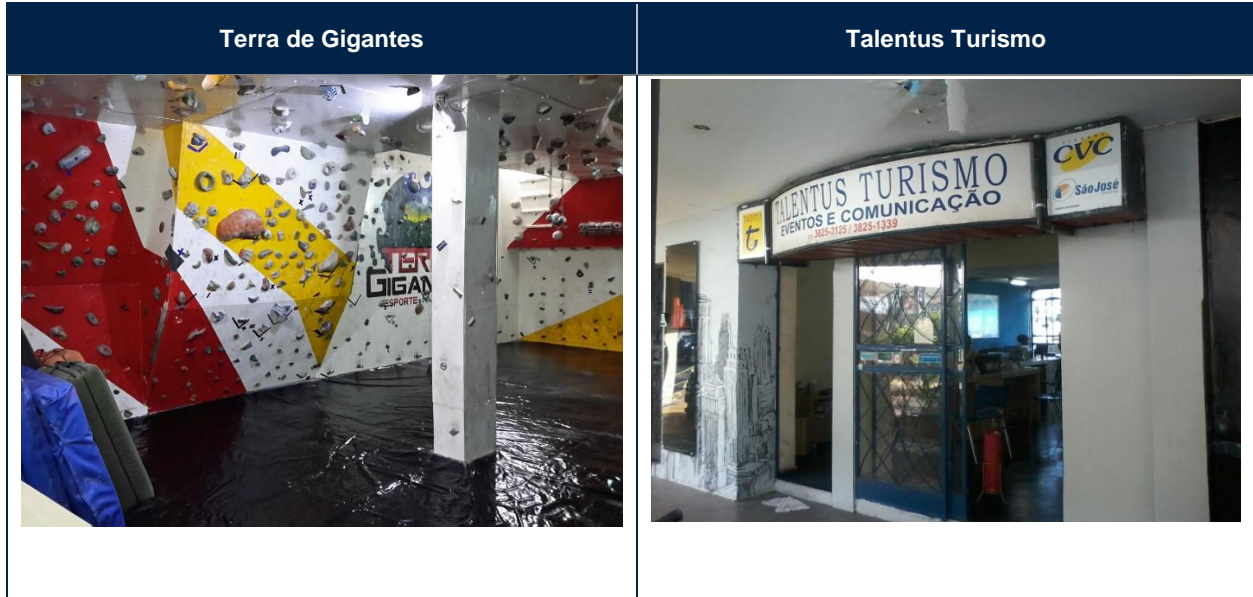


Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.4 Agências de Turismo

O município de Ipatinga possui infraestrutura completa de atendimento ao turismo. Os trabalhos de campo realizados permitiram identificar que o município conta com dez empresas que prestam serviço de agenciamento turístico, das quais 60% são do tipo receptivo e emissivo enquanto as demais apenas do tipo emissivo.

Tabela 11 Agências de Turismo





O Giro Turismo e Viagens



Fox Turismo



SRC Turismo



Eventur Turismo e Eventos



Armazém Di Turismo



Master Turismo




Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.5 Espaço para Eventos

Em Ipatinga foram identificados sete espaços que podem ser utilizados para a realização de congressos, convenções, exposição, feiras, shows ou outros serviços, são eles: Centro Cultural Usiminas – Usicultura, Teatro Zélia Olguin, Set Projeções e Produções de Filmes, A a Z Produção e Arte, Academia Olguim, Bruder Music Hall e Clube Ipê Recanto.

Tabela 12 Espaço para Eventos

Centro Cultural Usiminas Usicultura	Teatro Zélia Olguin
	
Academia Olguim	Bruder Music Hall
	



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.6 Locais e Templos de Fé/Edificações

Foram inventariados quatorze locais e templos de fé em Ipatinga, a saber:

Tabela 13 Locais e Templos de Fé/Edificações





Igreja Assembleia de Deus



Igreja Assembleia de Deus - O despertar da fé



Igreja evangélica Mundial do Poder de Deus



Igreja Batista do Bom Retiro



Igreja Nossa Senhora da Penha



Ministério De Deus é Vida





Igreja Internacional da Graça de Deus



Igreja do Evangelho Quadrangular



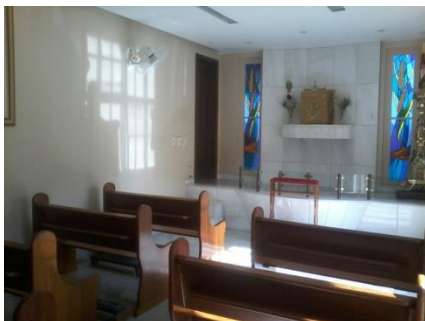
Igreja Assembléia de Deus



Igreja São José do Operário



Igreja Católica do Cidade Nobre



Igreja Presbiteriana Iguazu





Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida



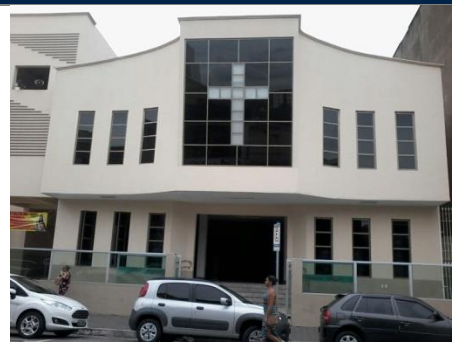
Igreja Matriz São Geraldo



Igreja Batista Shallom



Igreja Cristo Rei



Igreja Presbiteriana



Sagrado Coração de Jesus





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, estes locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, as quais podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé presentes no município de Ipatinga.

3.2.1.2.7 Outros serviços e Equipamentos Turísticos

Foram identificados três outros serviços e equipamentos que dão suporte ao desenvolvimento de atividades turísticas: Matizes Casa do Artesão, Casa de Câmbio Brazuca e Conselho Municipal de Turismo.

Tabela 14 Outros serviços e Equipamentos Turísticos



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.8 Atrativos Naturais

Foram inventariados sete atrativos turísticos naturais.

- Clube Parque das Cachoeiras

Situado na estrada do Ipaneminha, a 10 km do Bairro Cidade Nobre, com acesso totalmente pavimentado. Seu principal atrativo é a Cachoeira Véu da Noiva, dentre muitas outras cachoeiras onde se pratica rapel. Conta com piscinas e trilhas e é onde se realiza o Projeto Verão Carnaval Ipatinga Gourmet. A entrada é paga.

- Fazenda do Zaca

Reserva Particular do Patrimônio Natural, oferece visitas guiadas e serviços de hotel fazenda. Muito procurada para pesquisas científicas e observações de aves. A entrada é paga.

- Pico Três Cidades

O acesso ao é feito pelo Bairro Morro Escuro, por estrada parcialmente pavimentada, sua entrada é paga.

- Árvore Ficus

Localizada no Bairro Cariru, a árvore Ficus Elástica, da família das moráceas, tem cerca de 12m de altura e 20 m de diâmetro de copa, que atravessa a Avenida Japão, onde se situa. É tratada como Sítio Histórico. Foi plantada em 1961 por Katanosuke Mae e tombada pelo Conselho Municipal do Patrimônio em 1990. Na imagem, abraço simbólico nas comemorações do Dia da Árvore, em 2013.

- Parque das Samambaias




Reserva ambiental de 131,7 mil m², situada no Bairro Bom Jardim, dispõe de nascente, lago e mata nativa remanescente da Mata Atlântica. Foi inventariado em 2000.

- Parque Ipanema

- Maciço de Pedra Branca

Localizado no Povoado de Pedra Branca, área rural do Distrito de Barra Alegre, de propriedade privada, foi tombado pelo Decreto/Lei: Edital de tombamento de 11/04/2003.

Tabela 15 Atrativos Naturais

<p>Clube Parque das Cachoeiras</p> 	<p>Fazenda do Zaca</p> 
<p>Pico Três Cidades</p> 	<p>Árvore Ficus</p> 



Fonte: Expressão Socioambiental,2016



Fonte: http://www.euamoipatinga.com.br/linha_

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura

previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A política cultural no município de Ipatinga apresentou caráter pioneiro, tendo se adiantado à própria implantação do Sistema Nacional de Cultura, em vários aspectos. Em face de tal realidade, optou-se por introduzir, a seguir, uma linha do tempo relativa ao histórico da política cultural local, cuja fonte é o Plano Municipal de Cultura de Ipatinga, elaborado no ano de 2016.

Além da linha histórica abaixo apresentada, construída a partir do texto do Plano, também deve ser consultado o Anexo 1, que apresenta todo o arcabouço legal da política cultural no município, desde seus primórdios na década de 1980, até os dias atuais.

Em resumo, a política cultural do município¹⁴ foi constituída através da seguinte trajetória:

- Instituição do Conselho Municipal de Cultura - Lei nº 988, de 28 de agosto de 1987, posteriormente revogada;
- Criação do Departamento Municipal de Cultura, subordinado à Secretaria Municipal de Educação – 1994;

14 Ver páginas 7 a 10 do PMCI.



- Instituição do Fundo Municipal de Projetos Culturais e do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Ipatinga (COMPFAI) - 1995 e 1996;
- Criação da Lei Municipal nº 1.414/1995, de Incentivo à Cultura, em funcionamento a partir do ano 2000;
- Realização do Curso de Formação de Técnicos em Planejamento e Gestão da Política Cultural, promovido pela Secretaria de Estado de Cultura, com o apoio do Departamento de Cultura (DEC) da Prefeitura Municipal de Ipatinga e recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sob a coordenação de Rômulo Avelar - realização de um diagnóstico participativo sobre as potencialidades e as necessidades culturais do município – 2000;
- Elaboração do Plano de Política Cultural para o município de Ipatinga – 2002;
- Realização das Conferências Municipais de Cultura (anos 2005, 2009, 2011, 2013 e 2015), as quais três últimas edições foram antecipadas por encontros preparatórios em todas as regionais do município, consolidando a prática do diálogo público entre os diversos segmentos da população, para definição das prioridades da política cultural e eleição dos integrantes do Conselho Municipal de Cultura;
- Instituição do Conselho Municipal de Cultura, pela Lei nº 2145/2005;
- Alteração da composição do Conselho Municipal de Cultura por meio da Lei nº 2.533/2009;
- Realização do Mapeamento Cultural de Ipatinga – 2014;
- Reformulação do Conselho Municipal de Cultura de Ipatinga, pela Lei nº 3.464/2015;
- Instituição do Sistema Municipal de Cultura de Ipatinga– SMCI, por meio da Lei nº 3.465/2015;
- Elaboração do Plano Municipal de Cultura – PMCI - 2016.

Quanto à gestão pública municipal de cultura, ainda nos dias atuais Ipatinga não conta com órgão exclusivo, sendo a política cultural gerida pelo Departamento de Cultura, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Segundo consta no Plano Municipal de Cultura, antes mencionado, a estrutura da Secretaria não é adequada, seja em termos de organograma, quadro de pessoal ou infraestrutura, para atendimento das demandas da política cultural local. Face a tal problema propôs-se como diretriz número 01 do PMCI:

“DIRETRIZ 01: Criar Secretaria Municipal de Cultura, estruturando-a e organizando-a administrativamente, quanto à provisão de recursos humanos, infraestrutura e

equipamentos, para responder de modo eficaz às demandas culturais do município, ampliando e promovendo a formação continuada de seu quadro de gestores e servidores (PMCI, p. 51).”

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹⁵, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

Ipatinga aderiu ao Sistema Nacional de Cultura em 06/10/2013, através do Processo 01400.010287/2013-69 da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Tal acordo tem como objeto estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária para o desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do Município.

Por sua vez, o Sistema Municipal de Cultura foi instituído em 2015 por meio da Lei nº 3.465/2015. Este é composto pelos seguintes elementos, conforme estabelecido em seu artigo 12:

Art. 12. Integram o Sistema Municipal de Cultura de Ipatinga – SMCI:

I – Coordenação: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer –SEMCEL.

II – Instâncias de articulação, pactuação e deliberação:

a) Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;

¹⁵⁰ IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”

b) Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Ipatinga –COMPFAI;

c) Conferência Municipal de Cultura de Ipatinga e Seminário.

III – Instrumentos de gestão:

a) Plano Municipal de Cultura de Ipatinga – PMCI;

b) Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC;

c) Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais – SMIIC;

d) Programa Municipal de Formação na Área de Cultura:

1. Escola Municipal de Artes Cênicas Antônio Roberto Guarnieri;

2. Escola Municipal de Música Tenente Oswaldo Machado – TOM;

3. Programa de Educação Patrimonial;

4. Programa Permanente de Formação Cultural.

e) Sistemas Setoriais de Cultura:

1. Sistema Municipal de Patrimônio Cultural;

2. Sistema Municipal de Museus: Estação Memória Zeza Souto e Estação Pouso de Água Limpa;

3. Sistema Municipal de Bibliotecas: Biblioteca Municipal Zumbi dos Palmares;

4. Outros que venham a ser constituídos, conforme regulamento.

Embora instituído há mais de um ano, o SMC de Ipatinga demanda regulamentação em alguns desses componentes, bem como ajustes em outros.

O Plano Municipal de Cultura, como antes mencionado, foi elaborado com a participação da comunidade ipatinguense, mas ainda não foi aprovado pela Câmara Municipal.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

No que se refere à participação da sociedade civil na política cultural, de acordo com o Artigo 15 da lei que instituiu o SMC, vê-se que o município de Ipatinga conta com dois conselhos, bem como com seminários e conferências:

Art. 15. Constituem-se Instâncias de articulação, pactuação e deliberação do Sistema Municipal de Cultura de Ipatinga – SMCI, organizadas na forma de legislação própria:

I – Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC;

II – Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Ipatinga

– COMPHAI; e

III – Seminário e Conferência Municipal de Cultura de Ipatinga.

O Conselho Municipal de Política Cultural de Ipatinga – CMPC, antes denominado Conselho Municipal de Cultura, foi instituído pela Lei nº2.145/2005, alterada para adequar-se ao Sistema Nacional de Cultura. O novo Conselho tem caráter deliberativo e representação paritária, com eleição dos representantes da sociedade civil.

Já o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Ipatinga, foi instituído pelo Decreto nº 3604/1996. Atualmente, se encontra ativo, é de caráter deliberativo e tem representação paritária, composta através de indicações. De acordo com informações do PMCI,

“Os conselhos instituídos são integrados de forma paritária por representantes do poder executivo e pela sociedade civil, os quais podem ocupar as diretorias mediante eleição. Os representantes da sociedade civil que integram o Conselho Municipal de Política Cultural são eleitos na Conferência Municipal de Cultura, para o exercício de mandato de dois anos. Todavia, o Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico, instituído por Decreto, é composto por indicação do Prefeito Municipal, o que sugere a necessidade de que os

representantes da sociedade civil passem a ser eleitos pelos seus pares.” (PMCI, pp. 22-23).

Quanto à Conferência Municipal de Cultura, prevista e regida pelo Artigo 17 da Lei de criação do SMC, já teve cinco edições, nos anos de 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015. O município também participou das Conferências Estaduais de Cultura em 2009 e 2013, bem como das três Conferências Nacionais de Cultura, realizadas até o momento.

Além dos conselhos e conferências, os Seminários de Cultura, realizados bienalmente, de forma intercalada com as Conferências Municipais, são relevantes mecanismos de participação social no desenvolvimento da política cultural no município. Isso porque possibilitam avaliar aspectos e resultados da política cultural em curso, realizar apontamentos críticos e promover a reflexão sobre temas relevantes na conjuntura da política cultural nacional, estadual e municipal. O texto do PMCI aponta, ainda, a necessidade de se constituir Fóruns Setoriais de Cultura para “... integrar os pares, promover a reflexão sobre problemas e oportunidades de cada área e apontar caminhos para o desenvolvimento” (PMCI, p.23).

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

De acordo com o diagnóstico que integra o PMCI, o financiamento à cultura é realizado pelo Sistema Municipal de Financiamento à Cultura – SMFC, mediante os seguintes mecanismos: recursos diretos do orçamento público municipal; Fundo Municipal de Projetos Culturais; Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural; e Fundo Municipal de Cultura. Tais fundos se articulam e são complementares.

O Fundo Municipal de Cultura – FMC também foi instituído por meio da Lei nº 3.465/2015. Conforme previsto no Artigo 26 da referida Lei, os recursos a serem aportados no FMC podem ser provenientes das seguintes fontes:

I – Dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA do Município e seus Créditos Adicionais;

- II – Transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura -FMC;
- III – contribuições de mantenedores;
- IV – Produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, tais como: arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria Municipal de Cultura; resultado da venda de ingressos de espetáculos ou de outros eventos artísticos e promoções, produtos e serviços de caráter cultural;
- V – Doações e legados nos termos da legislação vigente;
- VI – Subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
- VII – Reembolso das operações de empréstimo porventura realizadas por meio do Fundo Municipal de Cultura - FMC, a título de financiamento reembolsável, observados critérios de remuneração que, no mínimo, lhes preserve o valor real;
- VIII – Retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos por ventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do FMC;
- XIX – resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;
- X – Empréstimos de instituições financeiras ou outras entidades;
- XI – saldos não utilizados na execução dos projetos culturais financiados com recursos dos mecanismos previstos no SMFC;
- XII – Devolução de recursos determinados pelo não cumprimento ou desaprovação de contas de projetos culturais custeados pelos mecanismos previstos no SMFC;
- XIII – saldos de exercícios anteriores;
- XIV – outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.

Em relação ao Fundo Municipal de Projetos Culturais informa-se que o principal meio de fomento adotado por esse Fundo é através do lançamento de editais para seleção de projetos de artistas, grupos, pessoas físicas e jurídicas da área da cultura, com repasse direto de recursos financeiros. Entretanto, o diagnóstico do PMCI aponta que os recursos são insuficientes para a demanda municipal, que é de aproximadamente 50% a mais do que tem sido, em média, alocado na cultura. Para além da insuficiência dos valores aportados, as ações de fomento são restritas em termos de modalidade e não são sistêmicas. Em geral, são iniciativas pontuais e que “padecem de transparência quanto aos critérios que definem a concessão de apoio.” (PMCI, p. 49).

Ipatinga também dispõe de mecanismo de incentivo à cultura, instituído pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura nº 1414/1995. Esta encontra-se regulamentada e em funcionamento, tendo já aprovado, ao longo de sua história, cerca de 350 projetos nas diversas áreas culturais: música, artes cênicas (englobando teatro, dança e circo), cinema, artes visuais, artesanato, gastronomia, literatura e manifestações populares.

Entretanto, conforme constante no diagnóstico do PMCI, a Lei Municipal de Incentivo à Cultura – que conta com recursos de ISSQN e IPTU- é autorizativa, o que a torna dependente do Poder Executivo, não tendo continuidade ou mesmo garantia de realização anual.

No DRP Cultural¹⁶, realizado com gestores e artistas do município, em 2011, foi mencionado que uma das principais dificuldades vivenciadas por artistas e produtores locais era na área da captação de recursos, dadas as mudanças ocorridas nos últimos anos no panorama nacional e internacional. Foi apontado que, tradicionalmente, os grupos locais contavam com duas fontes principais de financiamento: a Lei Estadual de Incentivo à Cultura, com patrocínio majoritário da USIMINAS e o edital da Lei Municipal que, como já mencionado,

¹⁶Diagnóstico Rápido Participativo – DRP de Ipatinga. Tal documento foi elaborado em 2011/ 2012, no contexto do Projeto Cidades e Políticas Públicas de Cultura (Artmanagers, 2012), projeto aprovado pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais e financiado pela Usiminas, do qual participaram artistas, produtores e gestores culturais da região.

não tem garantia de execução anual, fragilizando as condições de fomento da ação cultural no município.

Em relação ao financiamento via Lei Estadual de Incentivo, a região do Vale do Aço vinha ampliando o número de projetos apresentados e aprovados, sem que, no entanto, houvesse concomitante ampliação da capacidade de renúncia fiscal, através da ação de um maior número de empresas patrocinadoras. Enquanto 13 projetos conseguiram captar em 2015, somente 3 captaram em 2016. Os valores incentivados também se reduziram, de cerca de R\$ 1,5 milhão em 2015 para R\$ 718 mil em 2016 (Lei/SEC, 2016).

É importante destacar que uma saída tem sido a apresentação de projetos nos editais do Fundo Estadual de Cultura – FEC, que realiza o repasse de recursos diretos para os proponentes, sem necessidade de captação junto as empresas. A Tabela 16, a seguir, mostra que entre 2006 e 2016 foram aprovados e financiados 11 projetos de Ipatinga no FEC, totalizando R\$ 502 mil para a cultura local, em média R\$ 45 mil por projeto, em 10 anos.

Tabela 16 Projetos aprovados no Fundo Estadual de Cultura - FEC – Ipatinga, 2006-2015

EDITAL	PROPONENTE	NOME DO PROJETO	VALOR LIBERADO	SÍNTESE DO PROJETO
2006	Grupo Teatral Boca de Cena	Comédia Dell'Arte - Uma Coletânea	R\$ 50.000,00	O projeto prevê a montagem teatral a partir do universo contemporâneo das relações, onde o virtual cada vez mais toma o lugar do real. O objetivo é promover formação, aprimoramento e inclusão de novos artistas, fortalecer e unificar o grupo e criar opção de teatro de rua, consolidar o polo cultural do Vale do Aço, colocar em cartaz uma peça jovem, facilitar o acesso a todos os interessados nas atividades artísticas prevista, incentivar e aprimorar o desenvolvimento de novas linguagens artísticas.



2007	Grupo Cultural Roda Viva	A Roda de Nossa Memória Viva	R\$ 24.000,00	O Projeto consiste na realização de atividades de capacitação destinadas a jovens agentes comunitários, artistas e produtores, professores, alunos e demais interessados na preservação do patrimônio cultural. Através do tema de suas oficinas e cursos, o projeto tem o desafio de dialogar sobre questões relativas à identidade, políticas de desenvolvimento cultural e ainda sobre a construção e a sistematização de suportes materiais que comportem o registro da memória coletiva em suas mais variadas formas.
2008	Associação Cultural Orquestra de Câmara Jovem de Ipatinga	Pica-pau oficina de Lutheria 2008	R\$ 51.000,00	Dar continuidade ao projeto "Pica-pau oficina de Lutheria", com objetivo de ensinar a profissão de luthier para jovens carentes da região do Vale do Aço.
2010	Associação dos Produtores de Filme do Interior de Minas Gerais - Filminas	Web Cinema no Morro do Carmo	R\$ 63.000,00	Projeto de exibição de vídeos, oficinas e a quebra de conceitos na área audiovisual a partir da junção de várias técnicas para a realização de 04 audiovisuais. Estas técnicas são: grafite animado, stop motion, vídeo captado com celular e câmeras digitais de alta definição e de pequeno porte, ocupação de espaços públicos com registro audiovisual, música incidental, etc. Dentro do projeto serão selecionados 41 alunos para criarem 04 vídeos e todos serão remunerados.
2012	Grupo de Teatro Farroupilha	Circulação e Formação Cultural no Interior de Minas Gerais	R\$ 50.000,00	O projeto consiste na circulação do Grupo de Teatro Farroupilha por oito cidades do interior de Minas Gerais: Açucena, Belo Oriente, Santana do Paraíso, Periquito, Naque, Guanhães, Bugre e Dom Cavati, levando a cada uma delas o espetáculo "Palhaços em reprise" e uma oficina de Iniciação às Técnicas Circenses, abordando equilíbrio em perna de pau e acrobacias aéreas.
2012	Grupo Teatral Boca de Cena	Iniciação em Artes Cênicas - Formação e Capacitação	R\$ 15.000,00	Ministrar o curso "Formação Básica de Atores" para o total de 30 alunos residentes em Ipatinga, especificamente no bairro Canaã e seu entorno. O curso será gratuito e terá a duração de 06 meses com carga horária de 120h/aula. A realização deste curso tem como objetivo central o aumento do número de multiplicadores de agentes culturais com maior capacidade crítica.



2013	Associação Coreográfica Híbridos Cia de Dança	Solos Híbridos	R\$ 65.000,00	Solos Híbridos é um projeto que foi pensado e desenvolvido onde o principal mote é a formação de público para a dança, com integração entre os jovens, suas ideias, para possibilitar e estimular processos de autonomia através de oficinas de dança contemporânea, vídeodança e apresentações dos "SOLOS HÍBRIDOS" em cidades do interior de Minas Gerais: Governador Valadares, Caratinga, Teófilo Otoni, Manhuaçu e São Gonçalo do Rio Abaixo.
2013	Corporação Musical Santa Cecília	CMSC- Música para Todos	R\$ 24.000,00	Trata-se da realização de cursos musicais gratuitos nas modalidades de Canto Coral, Percussão, Violão, Flauta Doce e Teoria Musical para 120 pessoas dentre crianças, jovens e adultos, em especial de famílias de baixa renda residentes no Vale do Aço. O projeto prevê ainda, em comemoração dos 50 anos de fundação da CMSC, a realização do espetáculo Música Para Todos.
2015	Associação Grupo Teatral Entreactos	Cartas De Amor - Circulação	R\$ 20.000,00	Circulação do espetáculo "Cartas de Amor" da Associação Grupo Teatral Entreactos por 10 diferentes cidades que compõe o Colar Metropolitano do Vale do Aço. As apresentações são todas gratuitas e a classificação livre. A peça circulará por espaços públicos e culturais das cidades em circuito. É uma peça interativa onde o público também participa com cartas de amor ou poemas românticos autorais, lidos em cena, compondo o espetáculo.
2015	Associação Coreográfica Híbridos Cia de Dança	Híbridos Dança Para Crianças	R\$ 75.000,00	O projeto "Híbridos dança para crianças" promoverá a formação de público, através da montagem, circulação e distribuição do espetáculo de dança para crianças, que percorrerá as cidades/regiões de Minas Gerais: Ipatinga (Vale do Rio Doce), Teófilo Otoni (Vale do Mucuri), São João Del Rei (Campo das Vertentes) e Manhuaçu (Zona da Mata) com 02 apresentações em cada cidade, seguido de oficinas através de ação educativa com escolas públicas das cidades.
2015	Grupo de Teatro CleydeYáconis	Casa Cult 2015/16	R\$ 65.000,00	O projeto visa a manutenção da infraestrutura da Casa Cult Darci Di Mônaco, um importante instrumento de intervenção direta na comunidade onde está inserida através do fazer cultural na cidade de Ipatinga, oferecendo cursos que qualificam a mão-de-obra artística e

				parte da cadeia produtiva da cultura teatral.
--	--	--	--	---

Fonte: FEC/Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2016

Em relação aos recursos do orçamento municipal destinados para a cultura, o PMCI aponta oscilações relevantes nos últimos 10 anos, com tendência geral à redução dos valores investidos. Ademais, aponta que

“No período de 2005 a 2015, o percentual da receita municipal destinado à cultura variou de 0,22% a 0,77%.

A Tabela 17 apresenta as despesas executadas para os anos de 2014 e 2015, segundo informações lançadas pela própria Prefeitura no Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹⁷.

Em tal fonte constam R\$ 1.142,00 gastos em unidades ligadas à cultura em 2014, o que correspondia a cerca de 0,2% do orçamento municipal anual executado. Deste total, 34% foram destinados à manutenção do Departamento de Cultura, incluindo pagamento de pessoal e custeio; 52% foram destinados ao Fundo de Projetos Culturais e os 13% restantes foram gastos com a Unidade Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio.

Já no orçamento de 2015, o valor dos gastos com a cultura foi reduzido praticamente à metade, tendo sido executado pouco mais de R\$ 573 mil, o que correspondeu a menos de 0,1% do orçamento municipal realizado. Com tal redução, houve mudança na distribuição dos recursos, ficando a Unidade Departamento de Cultura com 76% dos recursos e a Unidade Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio com os 24% restantes. Não houve, em 2015, qualquer valor executado com a Unidade Fundo de Projetos Culturais, ainda que haja

¹⁷Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. “Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio”.

o registro de R\$586 mil empenhados, mas não liquidados no exercício. Tal situação confirma o apontado no diagnóstico do PMCI, a respeito da fragilidade do caráter autorizativo do FMPC em Ipatinga.]

Tabela 17 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Ipatinga 2014-2015

ITEM / FUNÇÃO	2014	2015
Despesa total prefeitura (valor atualizado)	805.136.005,21	889.420.504,51
Despesa total prefeitura (valor executado e liquidado)	563.986.402,68	583.115.277,12
Despesa total com a unidade departamento de cultura (valor executado e liquidado)	391.428,17	433.429,75
Despesa total com a unidade fundo municipal de projetos culturais (valor executado e liquidado)	600.000,00	0,00
Despesa total com a unidade fundo municipal de proteção ao patrimônio (valor executado e liquidado)	151.070,00	140.000,00

Fonte: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 201618

Ainda que com oscilações, ligadas às próprias mudanças e reveses sofridos pelo município nos últimos anos em suas administrações municipais, vê-se que Ipatinga tem participado da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural¹⁹, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, iniciativa fundamental para o

18 Apenas valores liquidados, os valores empenhados não foram aqui considerados.

19 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao Iepha/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao Iepha documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada a cada localidade.

Nesse quesito, conforme pode ser visto nas Tabelas seguintes, após não ter enviado documentação no exercício de 2013, e, portanto, não pontuado, o município retomou a participação em 2015 e ampliou sua pontuação, chegando ao exercício 2017 com 8,25 pontos. Esta situação indica que haverá ampliação dos recursos repassados e disponíveis para o Fundo de Patrimônio no ano que ora se inicia.

Tabela 18 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Ipatinga 2013-2017

Município	ICMS exercício 2013	ICMS exercício 2015	ICMS exercício 2017
Ipatinga	SI	6,30	8,25

Fonte: IEPHA, 2016.

Tabela 19 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Ipatinga 2014-2016

Município	Valor ICMS 2014	Valor ICMS 2015	Valor ICMS 2016*
Ipatinga	SI	126.780,27	162.998,44

Fonte: FJP, 2016.

*Não inclui o repasse de dezembro de 2016.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A infraestrutura cultural do município se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

O município de Ipatinga já possuía, previamente, o Inventário de Oferta Turística - INVTUR -, importante instrumento de formulação de políticas públicas de cultura, turismo, esporte e lazer. Assim, as informações pré-existentes sobre espaços e equipamentos de cultura do

município foram validadas e/ou atualizadas pela pesquisa de campo realizada pela Expressão Socioambiental, em 2016.

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e demais Espaços Expositivos

O município conta com a Associação Cultural Museu Vivo Criada com a finalidade de adquirir, estudar, catalogar, colecionar e expor documentos e objetos que fizeram parte do cotidiano das comunidades do Vale do Aço. À Associação, em parceria com a Prefeitura, ocupa espaço próprio desde 2013. Além de receber visitas pedagógicas no seu Museu Histórico, com mais de 2000 peças, o espaço promove eventos, exposições e shows.

3.2.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

A Biblioteca Pública Municipal Zumbi dos Palmares possui um acervo de 40 mil livros, gibiteca e coleção de livros em braile. Funciona como espaço de convivência e promove exposições e saraus literários.

3.2.2.2.3 Atrativos Culturais

Foram inventariados no trabalho de campo realizado nos meses de novembro e dezembro de 2016, dezesseis atrativos culturais. Ademais, o Plano Municipal de Cultura de Ipatinga – PMCI inventariou 45 espaços culturais, dentre os quais 38 privados e 7 públicos. Dentre eles, destacam-se os seguintes espaços e equipamentos associados às principais instituições de cultura:

- Espaço Hibridus da Hibridus Cia de Dança.
- Companhia de dança contemporânea: formada por dançarinos e produtores que, além de produzirem seus trabalhos, criaram o ENARTCI, Encontro de Artes Cênicas.
- Centro Cultural Usiminas: Com 5,6 mil m² de área construída, integrado a um shopping center, o complexo é dotado de instalações e equipamentos modernos: Teatro (724 lugares), foyer, Galeria de Arte Hideo Kobayashi, Biblioteca Central de Ideias (9 mil



livros), Entreatos Café e jardim japonês. Promove exposições, eventos fechados, cerimônias de colação de grau, feiras, eventos de turismo, Salão do Livro, oficinas de arte e espetáculos de teatro, dança, música e outras linguagens artísticas. Com programação permanente, forma público, consolida o mercado cultural e promove atividades artísticas, educativas e culturais, destacando a região como importante polo cultural estadual.

- Estação Pouso de Água limpa: Complexo formado por uma locomotiva alemã “Maria Fumaça”, de 1937, com passeios pela “Estrada de Ferro Caminho das Águas” (de 2,6 km de extensão) e pela “Estação Pouso de Água Limpa”, réplica de uma estação ferroviária antiga. Encontra-se desativada desde 2008.
- Teatro Zélia Olguim: Espaço com 206 lugares, é dotado de foyer, galeria, palco italiano, tratamento acústico, camarins e equipamentos cenotécnicos. Além de espetáculos de teatro, dança e música, promove oficinas, exposições e recebe eventos comerciais.
- Associação Cultural Museu Vivo: Criada com a finalidade de adquirir, estudar, catalogar, colecionar e expor documentos e objetos que fizeram parte do cotidiano das comunidades do Vale do Aço, a Associação, em parceria com a Prefeitura, ocupa espaço próprio desde 2013. Além de receber visitas pedagógicas no seu Museu Histórico, com mais de 2000 peças, o espaço promove eventos, exposições e shows.
- Estação Memória Zeza Souto: Antiga Estação Ferroviária de Ipatinga, desativada em 1951, foi restaurada em 1992, quando passou a funcionar como centro cultural, onde ocorrem exposições de fotos, artes plásticas, vídeos e documentários históricos, lançamentos de livros, palestras e encontros culturais variados.
- Sede do clube dançante Nossa Senhora do Rosário: Sede do Congado do Distrito de Ipaneminha, também conhecida como Casa do Congado, é utilizada para ensaios, reuniões da comunidade e como cozinha das festas em datas comemorativas do distrito, além das festas de Nossa Senhora do Rosário e do Divino. O Congado do Ipaneminha, fundado em 1925, tradição cultivada por afrodescendentes, tem origem nas primeiras décadas do século XX com tropeiros procedentes da cidade do Serro, passando por Ferros, Joanésia, Mesquita, Santana do Paraíso e Ipaneminha.
- Grande Hotel Ipatinga: Projetado pelo arquiteto Rafael Hardy e fez parte da infraestrutura montada pela Usiminas para receber funcionários e empreendedores do mercado siderúrgico. Representa um marco do processo de industrialização da cidade e da arquitetura moderna regional. Encontra-se fechado.
- Feirarte: A Feira de Artes e Artesanato funciona semanalmente, há 15 anos, no estacionamento da Prefeitura, sob a coordenação da Associação dos Expositores da Feirarte. A partir de 2015, sua praça de alimentação passou a sediar o Festival Gastronômico Ipatinga Gourmet, com shows e apresentações culturais. Ao longo do ano a programação da Feirarte inclui oficinas de artesanato, a Festa da Primavera e

outros eventos, tendo se tornado uma opção tradicional de lazer e entretenimento para a comunidade e visitantes.

Tabela 20 Atrativos Culturais

Centro Cultural Usiminas Usicultura	Estação Pouso de Água Limpa
	

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Teatro Zélia Olguin	Associação Cultural Museu Vivo
	

Fonte: Site oficial da Prefeitura Municipal de Ipatinga

Fonte: goo.gl/F7zYLI

Estação Memória Zeza Souto



Sede do Clube Dançante Nossa Senhora do Rosário



Fonte: Site oficial da Prefeitura Municipal de Ipatinga

Grande Hotel Ipatinga



Feirarte



Fonte: Site oficial da Prefeitura Municipal de Ipatinga

Flux Espaço Cultural	Casa de Teatro Perna de Palco
 <p>FLUX ESPAÇO CULTURAL ABRE AS PORTAS PARA AS OFICINAS LIVRES</p> <p>DANÇA CONTEMPORÂNEA SÁBADO - 10H</p> <p>YOGA TERÇA E QUINTA - 8H</p> <p>INFORMAÇÕES: (31) 3826-4979 8892-0784 FLUXCIARDEANCA@HOTMAIL.COM AV. JOSÉ ASSIS DE VASCONCELOS, 325, BETHÂNIA - IPATINGA/MG</p>	

Fonte: goo.gl/wDZNs4 e http://www.diariopopularmg.com.br/vis_noticia.aspx?id=9056

Espaço Híbridos – Oficina de dança	Academia Olguin
	 <p>25º ENDANÇA</p> <p>AUDIÇÃO PARA MONTAGEM DE NOVO ESPETÁCULO</p> <p>O Endança - Encontro de Dança do vale do Aço dá início às atividades de comemoração dos 25 anos, com a seleção de bailarinos, atores e músicos para a nova montagem.</p> <p>Cada artista deverá preparar um solo de até 02 minutos que mostre um pouco de seu trabalho e talento, podendo ser um solo pronto ou uma improvisação.</p> <p>Coreógrafo convidado: EDSON BESEIRA Bailarino de renomeadas companhias como, Deborah Colker Cia de Dança, Quasar Cia de dança e Grupo Corpo.</p> <p>Data das Audições: 19 e 20, JUNHO Horário: 19h30 Local: Academia Olguin, Serra Morena</p>

Fonte: Página do Facebook da “Híbridos Dança” e

http://filipefernandespesquisa.blogspot.com.br/2014_05_01_archive.html



Fonte: <http://teatrofarroupilha.blogspot.com.br/>

Outros espaços culturais identificados por pesquisas em fontes secundárias são a Associação Nipo-Brasileira de Ipatinga (ANBI) e o Espaço Cultural Casa Laboratório.

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

O município de Ipatinga se destaca por sua intensa movimentação cultural, com significativa quantidade de grupos e projetos acontecendo simultaneamente na cidade. Assim, pela dificuldade de descrever e detalhar a atuação de todos os artistas e grupos atuantes na cidade, optou-se por apresentar, a seguir, breves considerações sobre o perfil cultural local, relacionando os principais artistas e grupos em atividade e as manifestações culturais ipatinguenses.

A Prefeitura Municipal de Ipatinga realizou o mapeamento cultural, no ano de 2014, mas até o momento os dados não foram disponibilizados ao público²⁰.

²⁰ <http://projetodiverso.com.br/mapeamento-cultural-de-ipatinga/>

Àquela época foram cadastradas 545 expressões culturais, divididas nas seguintes categorias: Artistas (60% do total de cadastros), Grupos Artísticos e Coletivos Culturais (9%), Artesãos (9%), Manifestações/Expressões Tradicionais e Coletivas (3%), Instituições/Entidades Culturais (5%), Equipamentos Culturais (2%) e Produtores e Técnicos do campo Artístico-Cultural (11%).

Sobre as áreas culturais predominantes, a pesquisa indicou que “a música representa 37,8% das áreas de atuação dos artistas identificados, seguida pelo teatro com 13,3%, as artes visuais e a dança com 12,1% dos registros, cada. A literatura representa 8,5%, a fotografia 3,5%, o cinema 2,9% e outras formas artísticas 9,8%. Importante salientar que muitos artistas atuam em mais de um campo” (PMCI, p. 41).

Outro elemento apontado pelo mapeamento é que, parte expressiva dos grupos e artistas mapeados, já está consolidada na cena cultural do município e alguns são referência no Brasil e vem desenvolvendo experiências e intercâmbios no exterior, tendo sido citado no PMCI, entre eles, os grupos Hibridus, FluxCia de Dança, Perna de Palco, Grupo de Teatro Farroupilha, Casa Laboratório, Cia. Academia Olguin e os mais de 10 corais, dentre outros.

Tabela 21 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais



Fonte: goo.gl/clSZ44 e goo.gl/UX4fyo

Mostra Casa Laboratório



Associação Coral São Francisco Xavier



Fonte: goo.gl/kxzgTG e goo.gl/qUN3w0

Coral Madrigal Exsultate



Hibridus Dança



Fonte: goo.gl/ZYilcB e goo.gl/Nn1Ytk



Festival Balido



18ª Feira da Barganha



Fonte: goo.gl/uef1in e goo.gl/LOFwzn

Grupo Arte Faz União



Adriane Lima produz objetos com agregado siderúrgico



Fonte: goo.gl/NxTxbp e goo.gl/fuhZKR



Fonte: goo.gl/yZf428 e goo.gl/l9psrM



Fonte: goo.gl/F1qVR4

Durante as entrevistas realizadas em campo, em 2016, também foram citados outros grupos e apontadas, como relevantes, as atuações do Congado do Ipaneminha e Banda de Música da Escola Tom.

É importante realçar que muitos grupos culturais possuem sedes próprias, com espaços abertos à comunidade e programação diversificada e frequente, em vários bairros da cidade.

Na área da música, que contou com o maior número de cadastros no Mapeamento Cultural (2014), há vários corais, bandas, artistas solo e grupos musicais. O DRP Cultural, antes mencionado, realça a presença do Coletivo Pé de Cabra, integrado ao coletivo Fora do Eixo, que já desenvolveu, entre outras atividades, o Grito do Rock, festival que acontece em 134 cidades em 10 países, com shows diversos; a Festa da Mentira; o Festival Balido, com artes integradas; a Noite do Vinil; a Noite Fora do Eixo; a Feira da Barganha e o Rock Matinê.

Na área do artesanato, as modalidades mais desenvolvidas em Ipatinga são: bordado, pintura, brinquedos em madeira, objetos feitos a partir do agregado da siderúrgica e em couro.

Na literatura, o DRP destacou o Clube dos Escritores de Ipatinga – CLESI, fundado em 1985, que desenvolve, entre outros, os projetos Jovens Poetas de Ipatinga, nas escolas municipais e a Jornada de Literatura, com Concurso de Poesias para crianças e adultos.

Por fim, é importante destacar que é intensa a produção e a programação cultural no município ofertada através de parceria com a iniciativa privada. Dentre elas, destaca-se o Instituto Cultural da Usiminas, criado em 1993. No ano de 1994 foi inaugurado o teatro Zélia Olguim e em 1998 o Centro Cultural Usiminas Usicultura, anexo ao Shopping do Vale, inicialmente com galeria e foyer e depois com a inauguração do teatro.

Além do financiamento de projetos, principalmente os aprovados via Lei Estadual de Incentivo à Cultura, o Instituto também realiza ações próprias, especialmente na área da formação artística e de público, com apresentações, espetáculos didáticos gratuitos para escolas, biblioteca aberta ao público e programação variada, destacando-se o Circuito Usiminas de Cultura e o Festival de Verão.

É importante mencionar que a maior parte dos grupos, ONGs, fundações e espaços culturais existentes em Ipatinga, além de suas práticas artísticas e culturais regulares, também oferece oficinas, cursos e atividades de formação.

De acordo com o PMCI, a oferta de formação artística e cultural pelo poder público municipal é realizada através da Escola de Teatro Antônio Roberto Guarnieri e da Escola de Música TOM que, entretanto, estavam com atividades paralisadas e sem espaço físico definido para funcionamento à época das pesquisas de campo. Também são realizados:

“Projetos de Oficinas Culturais, inclusive mediante projetos aprovados na Lei Municipal de Incentivo à Cultura. A parceria com os cursos da EAD UNB nas áreas de teatro, música e artes visuais é também um importante mecanismo de promoção da formação acadêmica em artes. (...) Programas como o Pronatec, Mais Educação, Mais Cultura, e ações de Arte-Educação são outros importantes recursos adotados pelo município com vistas à oferta de atividades de formação artístico-cultural (PMCI, p. 44).”

A conclusão do PMCI é que

“A oferta de formação artístico e cultural no município é relativamente diversificada, mas não está estruturada de maneira programática, sistemática e regular, de modo a ser oportunizada a diferentes públicos. Com efeito, não se tem para educadores e educandos a possibilidade de visualizar um caminho educativo a ser trilhado nos diversos campos de formação artístico e cultural no município” (PMCI, p. 44). ”

3.2.2.4 Calendário Cultural

Conforme informações levantadas na pesquisa de campo e também em fontes de dados secundários, o calendário cultural do município de Ipatinga é vasto e diversificado. De fato, o próprio PMCI aponta que

“O município possui diversificada programação de eventos artísticos e culturais, parte deles com programação sistemática e continuada. Trata-se de encontros, mostras, festivais, concursos de poesias. Algumas dessas programações já receberam fomento complementar do município por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura. (PMCI, p. 46).”

A partir dos dados constantes do Mapeamento Cultural e de outros levantamentos, o PMCI cita 48 eventos artístico-culturais que compõem o calendário cultural de Ipatinga²¹, quais sejam:

21 Ver PMCI, p. 45-46.



- Festa do Congado;
- Aniversário da Cidade;
- Aniversário da Pedra Monumental da Cidade;
- Anúnciái;
- Armazém da Viola, desde 2000, voltado para a música sertaneja de raiz;
- Balido – Festival de Artes Independentes;
- Batuque;
- Campanha de Popularização do Teatro;
- Capoeira;
- Cinema de Todo Mundo;
- Circuito Cultural USIMINAS;
- Comida di Buteco;
- Comemoração do Dia Internacional da Consciência Negra;
- Concurso Estadual de Contos;
- Concurso para a Edição de Livros – CONPE;
- Congado João Paulo I;
- Congado Nossa Senhora do Rosário;
- Corpografias – Residências Artísticas, desde 2006;
- Dia da Escola no Farroupilha;
- Dia do Palhaço;
- Encontro de Dança Contemporânea de Ipatinga – ENARTCI -, desde 2003, e Enartcinho, edição para crianças;
- Encontro de Dança do Vale do Aço – Endança, desde 1985;
- Estação Cinema;
- Feirarte;
- Festa do Divino;
- Festival da Banana;
- Festival da Criança – desde 2000;
- Festival Estadual de Poesia – FESP;
- Festival de Teatro de Ipatinga – FESTI – 9ª edição;
- Festival e Cine Documenta – 12ª edição;
- Festival Pedra Branca;
- Festival Roda Viva – 27ª edição;
- Ipatinga Gourmet – Festival de Gastronomia - 2ª Edição;
- Ipatinga Live Jazz, desde 1998;





- Jubileu da Comunidade Negra;
- Lonadelonga – Arte e Comunidade, desde 2008;
- Louvai;
- Mercado Livre na Dança, desde 2007;
- Noite do Vinil;
- Noite Fora do Eixo;
- Oficinas de Cultura Japonesa no Vale do Aço – Yoshiko;
- Prêmio Nacional de Poesia;
- Projeto Oficinas Culturais – desde 2000;
- Reisado;
- Rock Matinê;
- Seminaluz (Seminário de Iluminação Cênica) – desde 2005;
- Show Riso – 25 anos;
- Solus – encontro de solos verbais e não verbais;
- Festa dos Vicentinos;
- Festa do Rosário.

Nas entrevistas realizadas em campo foram citados os feriados religiosos e datas cívicas do calendário municipal, a saber: Semana Santa (abril); Tiradentes (21 de abril); Aniversário da cidade (29 de abril); Dia do trabalho (01 de maio); Corpus Christi (junho); Assunção de Nossa Senhora (15 de agosto); Independência do Brasil (7 de setembro); Nossa Senhora Aparecida (12 de outubro); Finados (02 de novembro); Proclamação da República (15 de novembro); Natal e Réveillon (dezembro).

Tabela 22 Calendário Cultural

Cartazes Endança	Cartazes Endança
	

Fonte: goo.gl/WZUM0t

ENARTCi 2014 - Laboratório Dança Falante - Thiago Barbosa/Cel. Fabriciano	Comemoração do Aniversário da Cidade
	

Fonte: Página do Facebook da ENARTCi e goo.gl/0ROuKe



Fonte: goo.gl/tMY5xh

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

O IMRS considera a legislação de proteção do patrimônio cultural material e imaterial, um diferencial na gestão cultural dos municípios, além de constituir um passo importante para a implementação de uma política pública de proteção do patrimônio cultural.

Atendendo ao disposto no Art. 216 da Constituição Federal, Ipatinga instituiu legislação de proteção do patrimônio cultural por meio da Lei nº 689/1980, que estabelece o instituto do tombamento e da organização do patrimônio histórico e artístico municipal.

Em 1996, foi instituído o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, pelo Decreto nº 3.604, parcialmente alterado pelo Decreto nº 4642/2002, que o tornou de caráter consultivo e deliberativo.

Já o financiamento da gestão do patrimônio foi definido pela Lei nº 2482 de 17/09/2008, que instituiu o Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de Ipatinga - FUMPAC, lei regulamentada pelo Decreto nº 6562/2009.

Desde 2006, a Lei nº 2.257 garante ao Poder Executivo a concessão de desconto sobre o IPTU a proprietários de imóveis tombados ou relacionados no Inventário de Proteção do Acervo Cultural - IPAC.

Mais recentemente, complementando o arcabouço legal da política de preservação do patrimônio cultural e artístico de Ipatinga, o Decreto nº 8346 de 17/03/2016 instituiu as

formas de registro dos bens culturais de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural de Ipatinga. Essa legislação deu suporte ao processo de salvaguarda das manifestações culturais do município, iniciado com o inventário de bens imateriais, e efetivado com o Registro do Congado Nossa Senhora do Rosário, mais conhecido como Congado do Ipaneminha, através do Decreto nº 8.490, de 29/11/2016, que inclui o tradicional grupo no Livro de Registro das Celebrações²².

São os seguintes os bens de natureza imaterial inventariados no município, a partir de 2004, na categoria Festas e Celebrações:

- Benzeção;
- Comunidade tradicional Terreiro de Umbanda Ilê Axé de Ogum;
- Festa do Congado de Ipaneminha;
- Festa Junina do Cariru;
- Festival da Banana de Pedra Branca;
- Folia do Divino.

Ipatinga possui 16 bens protegidos por força da Lei de Tombamento, a saber:

- Estação Memória Zeza Souto (Decreto 1442 de 30/12/1981);
- Pontilhão de Ferro (Decreto 3578 de 03/09/1996);
- Casa dos Ferroviários (Decreto 3577 de 03/09/1996);
- Estação Pouso de Água Limpa (Lei 1727 de 04/11/1999);
- Parque Ipanema (Lei 1763 de 24/03/2000);
- Árvore Ipê Peroba (Decreto 3574 de 03/09/1996);
- Fazendinha (Decreto 3576 de 03/09/1996);
- Academia Olguin (Lei 1764 de 24/03/2000);

²² Para além do reconhecimento da manifestação de arte e fé, o registro desse grupo de Congado, criado há 91 anos, aumenta as perspectivas de apoio institucional, através de recursos do Fundo Municipal de Patrimônio e participação em outros editais.



- Igreja Católica Nossa Senhora da Esperança (Decreto 1443 de 30/12/1981);
- Árvore Ficus Elástica (Decreto 2662/90);
- Teatro Zélia Olguin (Lei 1765 de 24/03/2000);
- Grande Hotel Ipatinga (Lei 1762 de 24/03/2000);
- Ruínas da Estação Pedra Mole (Decreto 3575 de 03/09/1996);
- Igreja Católica São Vicente de Paula - Igreja do Ipaneminha (Decreto 3580 de 03/09/1996);
- Clube Dançante Nossa Senhora do Rosário (Decreto 3579 de 03/09/1996);
- Maciço de Pedra Branca (Edital de Tombamento 13/04/2003).
- Pontilhão de Ferro: Pontilhão metálico em treliça, construído para passagem do trem que seguia para Cachoeira Escura. Hoje é utilizado como passarela de pedestres.



Figura 8 Pontilhão de Ferro

Fonte: goo.gl/N7kVFG

- Árvore Ipê Peroba: Assim como o Ficos do Bairro Cariru, este ipê é anterior à criação do bairro e adquiriu status de patrimônio histórico tombado, desde 1990, após mobilização popular contra seu corte. O ipê peroba, natural da mata nativa regional, integra uma praça construída com a participação da comunidade e é tradicional ponto de referência e espaço de lazer.



Figura 9 Ipê Peroba

Fonte: Site oficial da Prefeitura Municipal de Ipatinga

- A árvore Ficos Elástica: da família das moráceas, tem cerca de 12m de altura e 20m de diâmetro de copa, que atravessa a Avenida Japão, onde se situa é tratada como Sítio Histórico. Foi plantada em 1961 por Katanosuke Mae e tombada pelo Conselho Municipal do Patrimônio em 1990. Na imagem, abraço simbólico nas comemorações do Dia da Árvore, em 2013.



Figura 10 Árvore Ficos Elástica

Fonte: <http://euamoipatinga.com.br/pracas/noticias.asp?codigo=7>

Outros 78 bens de natureza material encontram-se inventariados nas categorias Estrutura Arquitetônicas e Urbanísticas, Conjunto Paisagístico, Sítio Natural, Bem Móvel e Integrado e Fonte Arquivística²³.

Entretanto, o município não apresenta um arquivo público municipal, o que

“... impossibilita a apropriação, organização, conservação e consulta de documentos históricos e impõe limites à construção da memória coletiva, fundamentais para a construção da identidade local e o reforço ao senso de pertencimento... (PMCI, p. 40).”

Tal lacuna tem sido amenizada pelo Arquivo Eclesiástico da Igreja de Nossa Senhora da Conceição e pelo Arquivo Fotográfico da Prefeitura Municipal de Ipatinga, ambos inventariados em 2005.

O bem cultural tombado, em 1981, Estação Memória, cuja edificação foi novamente restaurada em 2013, se tornou um museu público que desenvolve uma diversificada programação cultural, participando da Semana Nacional dos Museus e da Jornada Mineira

²³Dados da Prefeitura Municipal de Ipatinga, SEMCEL, 2016, disponíveis no PMCI, pp. 32-38.

do Patrimônio Cultural. Também promove palestras e eventos de dança, música, teatro, cinema, literatura, cantata de Natal, exposições e ações de educação patrimonial.

O município voltou a envidar esforços para participar da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA, atitude fundamental para o fortalecimento da política de preservação do patrimônio cultural.

Se em 2013 Ipatinga nem ao menos pontuou junto ao IEPHA, em 2015 sua pontuação foi de 6,30, chegando a 8,25 para o exercício 2017. Essa trajetória coloca Ipatinga ligeiramente acima da média dos municípios mineiros, que é de 7,83 para 2017. Vale informar que a maior pontuação do estado, atribuída ao município de Mariana, é de 58,50. O atendimento da municipalidade aos critérios estabelecidos pelo Estado reflete diretamente no aumento de recursos a serem repassados ao município e, conseqüentemente, na possibilidade de mais investimento na gestão do patrimônio. Tal movimento agrega suporte a uma efetiva política pública de patrimônio, ampliando as ações de salvaguarda da cultura e da preservação da memória.

3.2.2.6 Educação Patrimonial

Ipatinga tem realizado importantes ações educativas com a temática patrimonial. A partir de 2013, o Projeto Estação Saudade, promove encontros para registro da memória da cidade, através de relatos de lembranças da comunidade.

Em 2014, o Projeto Relatos registrou em vídeo a memória dos “pioneiros da cidade”. Neste mesmo ano a Prefeitura Municipal desenvolveu o Projeto Ipatinga de Portas Abertas, objetivando aprofundar o conhecimento da comunidade sobre seu próprio patrimônio cultural. O projeto contou com: oficinas, produção de cartilha e realização de roteiros de visitação a bens patrimoniais emblemáticos da história da cidade: Estação Memória (Centro), Pontilhão (Centro), Arvore Ficus (Cariru), Teatro Zélia Olguin (Cariru) e Igreja Ipaneminha (Ipaneminha).

Em 2015, junto com cerca de 500 cidades, Ipatinga participou da 5ª Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, com duas oficinas: “Estação Saudade” e “Cidade, Regiões, Patrimônio e História do Trem”.

Na documentação entregue ao IEPHA - ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017, Ipatinga apresenta o projeto de produção de uma cartilha para colorir sobre os bens culturais do município, com o objetivo de subsidiar ações de educação patrimonial nas escolas e distribuir exemplares para alunos, moradores e turistas.

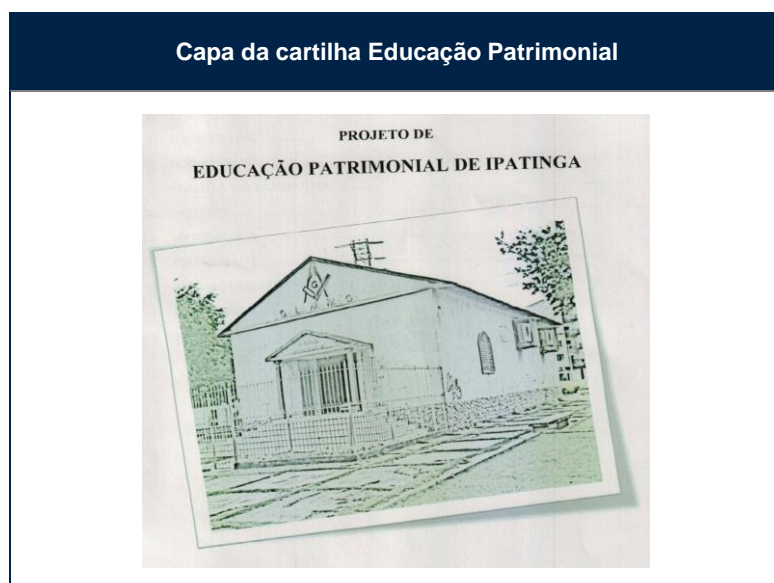


Figura 11 Capa da cartilha Educação Patrimonial

Fonte: Documentação de Ipatinga. ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017. IEPHA.

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a

concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial. É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Ipatinga, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer no município de Ipatinga é uma atribuição do Departamento de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Em entrevista realizada em 2016, a representante municipal de esporte e lazer afirmou que, seguindo a premissa da Política Nacional do Esporte, a Prefeitura Municipal de Ipatinga promulgou, em 2011, a Lei Municipal nº 2.809, que “dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Esporte e Lazer no âmbito do município de Ipatinga e dá outras providências”.

No Art. 2º da referida Lei fica estabelecido que o seu objetivo é “fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um; garantir o acesso aos programas e projetos esportivos e de lazer; a qualificação e aperfeiçoamento de recursos humanos; o desenvolvimento das entidades de administração e prática esportiva; o desenvolvimento das ciências do esporte e o aprimoramento técnico das equipes e atletas do município; a promoção do desporto educacional; o incremento e incentivo das práticas de lazer como forma de promoção social e fomento de práticas esportivas não profissionais”. (CÂMARA MUNICIPAL DE IPATINGA, 2011)

Entretanto, não foram encontradas informações quanto à criação de Plano Municipal de Esporte e Lazer.

Oteve-se também a informação de que o município possui sistema de informações e indicadores para monitorar e avaliar a política de esporte e lazer.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

O município dispõe de Conselho Municipal de Esporte e Lazer, instituído pela Lei Municipal nº 2.272, de 14 de fevereiro de 2007, porém, revogado e reformulado pela Lei Municipal nº 3.252, de 25 de outubro de 2013. O referido conselho encontra-se ativo, possui caráter consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, e sua composição é paritária.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Ipatinga possui Fundo Municipal de Esporte e Lazer – FUNDEL, instituído pela Lei Municipal nº 2.810, de 10 de janeiro de 2011 e reformulado pela Lei Municipal nº 3.409, de 28 de novembro de 2014.

Este Fundo encontra-se em funcionamento e foi regulamentado pelo Decreto nº 7.164, de 03 de fevereiro de 2012. A Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer é a responsável pela sua gestão e os recursos passíveis de serem nele aportados podem ser provenientes de diversas fontes, a saber: dotação orçamentária própria, contribuição, transferências, subvenções, doações e outros (produto de arrecadação dos preços públicos cobrados pela utilização de espaços, ICMS repassado pelo Estado, recursos obtidos do Fundo de Participação dos Municípios – FPM).

Os projetos aprovados pelo Fundo Municipal de Esporte e Lazer de Ipatinga são:

- Ano de 2016 – Integração Paralímpica; Voleibol Esporte e Cidadania; Futsal Meninos da Vila; Xadrez ferramenta pedagógica; Festival Ipatinguense de Xadrez.
- Ano de 2015 – Projeto KEEN – Kids Exercises Special Cia Now; Escolinha Paradesportiva Ré Construindo Eu; Futsal Meninos da Vila; Xadrez ferramenta pedagógica; Festival Ipatinguense de Xadrez Escolar.

Entretanto, conforme dados levantados em pesquisa de campo, o município não dispõe de legislações municipais de incentivo ao Esporte e/ou Lazer.

De acordo com a representante municipal entrevistada, Ipatinga possui dotação orçamentária específica destinada ao Departamento de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, que corresponde a 0,8% do orçamento municipal. Ela informou que a Prefeitura utiliza recursos próprios, recursos obtidos em parceria com o Governo Federal, recursos obtidos em parceria com o Governo Estadual, recursos advindos de renúncia fiscal e apoio não financeiro para promover, fomentar e apoiar iniciativas deste setor.

O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer”²⁴ do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS Esporte e Lazer apontou que em 2013 os gastos orçamentários de Ipatinga nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 0,3% do orçamento municipal total. Em 2009, esse percentual foi de 0,6% (FJP, 2013). O que representa uma supressão de 0,3% no gasto orçamentário no período de 2009 a 2013.

Vale ressaltar que a representante municipal entrevistada respondeu que não houve queda na arrecadação relativa a produtos e serviços do Esporte e/ou Lazer no município em decorrência do Evento.

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Em levantamento realizado na Secretaria de Estado de Esportes, constatou-se que o município de Ipatinga tem participação efetiva nos Jogos Escolares de Minas Gerais e também, nos Jogos de Minas Gerais, sediando inclusive uma das etapas desta competição.

²⁴ O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município. (FJP, 2013).

E ainda, a aprovação de 22 projetos de esporte e lazer para captação de recursos financeiros pela Lei de Incentivo ao Esporte Estadual. Tais projetos foram desenvolvidos por diversas instituições (de Ipatinga e de outros municípios) e tinha como base, a sua execução total ou parcial em Ipatinga.

Em 2013, o Instituto Ecomovimento teve três projetos aprovados, enquanto a Federação Mineira de Voleibol, a Prefeitura Municipal de Ipatinga, a Liga de Desportos de Ipatinga e a Liga de Peito Aberto Incentivo ao Esporte tiveram, cada uma, um projeto aprovado através da Lei de Incentivo ao Esporte Estadual, no edital 02/2013. Todos os projetos tiveram o seu valor 100% captado e a sua execução encerrada. A Associação Esportiva e Recreativa Usipa teve um projeto aprovado neste mesmo edital e 100% captado, o mesmo encontra-se em execução.

A Federação Mineira de Atletismo, a Liga de Desportos de Ipatinga e o Instituto Brasil Igualdade Social - IBIS tiveram, cada uma, um projeto aprovado neste mesmo edital. Entretanto, as instituições proponentes não conseguiram captar o recurso financeiro necessário e os projetos não foram realizados.

Conquanto, um terceiro projeto aprovado pela Liga de Desportos de Ipatinga e um segundo projeto aprovado pela Associação Esportiva e Recreativa Usipa neste mesmo edital, não tiveram 100% de seu valor captado, porém, continuam em execução de forma parcial.

Em 2014, o Instituto Ecomovimento teve um projeto aprovado pela Lei de Incentivo ao Esporte Estadual, no edital 01/2014 e teve o seu valor 100% captado e a execução encerrada.

A Prefeitura Municipal de Ipatinga está em processo de captação do recurso financeiro para a execução de um projeto, enquanto o Serviço Social da Indústria não conseguiu captar o recurso financeiro necessário e o projeto não foi realizado. Ambos os projetos foram aprovados no edital 01/2014.

Em 2015, a Federação Mineira de Voleibol teve um projeto e o Instituto Ecomovimento obteve dois projetos aprovados pela Lei de Incentivo ao Esporte Estadual, no edital 01/2015. Os três projetos tiveram os seus valores 100% captados e as execuções encerradas.

Neste mesmo edital, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ipatinga aprovou dois projetos e a Federação Mineira de Voleibol aprovou um segundo projeto. Entretanto, as instituições proponentes ainda não conseguiram captar o recurso financeiro necessário e os projetos ainda não foram realizados.

Nos levantamentos em campo foi registrado que os principais eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: Etapa Estadual de Down Hill, Campeonatos Municipais de Futebol Amador, Circuito de Corrida de Rua, Corrida do Aniversário da Cidade, Jogos Escolares de Minas Gerais, Jogos Escolares de Ipatinga - JEIS, Jogos de Minas Gerais e campeonatos estaduais (nas modalidades esportivas Natação, Judô, Atletismo e Futebol de Base).

O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte”²⁵, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, revela que “Ipatinga, com um índice de 230 em 2012, situava-se entre os 379 municípios mineiros que implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer” (FJP, 2013).

A observação do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário - Critério Esportes (Art. 8º, §3º, Inciso I da Lei 18.030/2009) - ano base 2015, disponibilizado em 25/10/2016 no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes de Minas Gerais, possibilita notar que Ipatinga obteve 1.005 pontos, se posicionando em 42º lugar no ranking. O percentual financeiro que será destinado ao município será 0,797% do ICMS total arrecadado (Minas Gerais, 2016).

²⁵ O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais. (FJP, 2013).

O ICMS Esportivo é um programa do Governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva dos municípios e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte (Minas Gerais, 2016). Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do Conselho e a realização de programas/projetos no ano base - ano civil imediatamente anterior ao ano de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo (Minas Gerais, 2016).

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

O município possui quinze espaços de esporte e/ou lazer que se constituem em ponto de encontro da comunidade para, recreação, lazer, realização de festas, eventos, e atividades físicas, escolares, esportivas e culturais.

São os seguintes os espaços de esporte e/ou lazer inventariados:

- Parque Ipanema;
- Parque Ambiental Samambaia;
- Complexo Turístico Estação Cultural Pouso de Água Limpa;
- Usipa;
- Shopping do vale do Aço;
- Hum Club;
- Scenarium Offsound;
- Garajão;
- Ipaminas E.C;
- Morro do Pilar;
- Ipê Recanto Clube;
- Clube parque das cachoeiras;
- Cariru Tênis Clube;
- Estádio Municipal Epaminondas Mendes Brito / Ipatingão;
- Kart clube Ipatinga.

Tabela 23 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

Parque Ipanema



Parque Ambiental Samambaia



Complexo Turístico Estação Pouso de Água Limpa



Usipa





Shopping do vale do Aço



Hum Club



ScenariumOffsound



Ipaminas E.C.



Morro do Pilar



Ipê Recanto Clube



Clube parque das cachoeiras



Cariru Tênis Clube



**Estádio Municipal Epaminondas Mendes Brito /
Ipatinga**



Kart Clube Ipatinga



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.3.2.1 Atrativo de Lazer: Pesca

Após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, os entrevistados relataram que deixaram de pescar no rio e passaram a pescar exclusivamente nas lagoas da região.

Em uma das lojas de artigos de pesca visitada, observou-se claramente o baixo estoque de mercadorias, o que refletia na baixa reposição de produtos, que conforme mencionado pelo proprietário, deixaram de ser vendidos.

A equipe da Expressão havia programado de visitar a loja “Pesca, Camping e CIA”, entretanto, ao chegar ao endereço notou-se que a loja havia encerrado as atividades. Segundo os comerciantes vizinhos, a loja havia fechado porque após o rompimento da barragem de rejeitos suas vendas caíram consideravelmente.

3.3 Clipping de Notícias

O clipping de notícias foi realizado no principal sítio de busca da internet, o google²⁶, a partir de taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao Evento e por ordem de relevância²⁷. As taxonomias utilizadas foram: I) Ipatinga E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Ipatinga E barragem de Fundão.

Para Ipatinga, a utilização das taxonomias gerou inúmeros resultados, tendo sido necessário, portanto, lançar mão de uma amostra. O quadro abaixo apresenta a compilação das informações presentes nesta pesquisa e a avaliação de impacto na imagem do município.

Tabela 24 Clipping de notícias - Ipatinga

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Expedição registra impactos no Rio Doce 10 meses após o rompimento da barragem	14/09/16	Indicador Congonhas	goo.gl/oC DERv	Regional	Negativo
Na beira do rio Doce: antropoceno e mobilização no rastro da catástrofe	Ano 3 V. 05	Clima Com	goo.gl/na 6CV4	Regional	Negativo
Ibama monitora avanço de onda de lama no rio Doce	10/11/15	Portal Brasil	goo.gl/iA P0sZ	Nacional	Negativo
Onde de lama de barragens deve chegar	07/11/15	Agência Brasil	goo.gl/Jp rsSZ	Regional	Negativo

26 goo.gl/46bXSx

27 O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 11/01/2016.

ao Espírito Santo na segunda feira					
Contaminação do Rio Doce interrompe captação de água em Governador Valadares	09/11/15	Jornal GGN	goo.gl/tLfFwO	Regional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

A primeira notícia “Expedição registra impactos no Rio Doce 10 meses após o rompimento da barragem”²⁸ registra uma expedição que se iniciou em agosto e que tem o plano de percorrer 222 municípios que fazem fronteira com o rio Doce. O responsável pela expedição sobrevoou a região de Ipatinga localizada no Vale do Aço e constatou que não havia melhorias. A matéria reforça também, o esforço da mineradora a órgãos governamentais no trabalho para melhoria da qualidade da água.

Outro veículo encontrado que faz menção à Ipatinga divulgou em artigo intitulado “Na beira do rio Doce: antropoceno e mobilização no rastro da catástrofe”²⁹ recordando o Evento e as ações do governo à mineradora Samarco de mitigação dos impactos nas comunidades atingidas e na Bacia do rio Doce. Ipatinga aparece junto a outros municípios atingidos pela lama e as autoras reforçam os problemas com a água no município de Ipatinga e outros que também foram impactados.

O sítio do Portal Brasil relatou o acompanhamento realizado pelo Ibama acerca da chegada da lama nas localidades banhadas pelo rio Doce. A menção a Ipatinga é feita por listagem junto a outros municípios atingidos.

O site Agência Brasil também divulgou a notícia da chegada da lama no rio Doce e divulgou a lista dos municípios afetados, dentre estes Ipatinga. No geral, o sítio não faz menção

28 goo.gl/oCDERv

29 goo.gl/na6CV4c

ligados à poluição do rio Doce. Ainda que tenham sido encontrados palavras essencialmente negativas, a exemplo de “dano” e “catástrofe”, observa-se, todavia, que os mesmos não são dominantes.

3.4 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de Ipatinga é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo³⁰, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015. A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas³¹ e a Onda Política³² as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia³³, que conta com artigos, experimentos, relatórios e base de dados.

³⁰ goo.gl/hBGDKp

³¹ goo.gl/BcEHVc

³² goo.gl/x1VYhC

³³ Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

Tabela 25 Síntese de Citações

Município de Belo Oriente		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Sim
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/1TTPL2	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/pITJEn	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

No quadro acima, é possível observar que o município de Ipatinga foi mencionado em duas das publicações do recorte. Em “A tragédia do Rio Doce- A Lama, o povo e a água”³⁴. O estudo foi realizado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais com a Universidade Federal de Juiz de Fora, o documento dedica uma sessão ao município de Ipatinga e relata como alcançou o rio Doce no limite de Ipatinga e Caratinga. O documento relata “a turbidez da água e coloração avermelhada” bem como a identificação de atividades rurais às margens do rio através de registros fotográficos de animais fazendo uso da água do rio. Isso significa dizer que se lançou mão do recurso imagético, o que reforça o conteúdo

³⁴ goo.gl/sximc2

junto ao leitor e, sendo este conteúdo negativo, o que pode impactar diretamente à imagem do município.

Em “PoEMAS³⁵ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”³⁶, de dezembro de 2015, as informações sobre o Evento são mobilizadas para refletir a respeito da atividade mineradora no Brasil³⁷.

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³⁸. No documento, observa-se que a primeira menção a Ipatinga se trata de uma listagem³⁹. Nela, descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento. Em outra menção, pontuam-se as divergências existentes entre os pareceres institucionais quanto à presença de rejeitos na água do rio Doce⁴⁰.

Sendo assim, infere-se que o impacto negativo na imagem do município de Ipatinga a partir da análise da produção acadêmica pode ser considerado baixo em termos de duração, severidade e abrangência.

35 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

36 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

37 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41

38 goo.gl/Ry1Shs

39 Página 55.

40 Página 62.



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

No âmbito da gestão institucional, considera-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); O Plano Municipal de Turismo (PMT); o Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico como os principais instrumentos para o desenvolvimento do turismo no município. Dentro desse contexto, fica reafirmada a ideia que, de fato, em Ipatinga seu Sistema de Turismo está consolidado de acordo com as diretrizes nacionais do setor. Isso demonstra a preocupação afirmada com o setor, sendo este muito importante para o município, conforme apontam os gestores⁴¹ entrevistados, pois possibilita a diversificação da economia do município, uma vez que Ipatinga é um dos destinos indutores de Turismo de Minas Gerais. Neste sentido, destaca-se que a gestão pública municipal de Ipatinga considera importante o diálogo com a sociedade civil fazendo com que as decisões relacionadas ao setor sejam participativas.

Sendo assim, destaca-se que o município apresenta órgão de financiamento e fomento ao turismo, instituído pelo poder público municipal, regulamentado em lei e que está incumbido de fornecer suporte e apoio financeiro para implantação e manutenção dos projetos e programas relacionados ao Turismo (Lei nº 1.667, de abril de 1999). Possui política de fomento a um segmento do turismo, o turismo rural, sendo este um importante vetor de desenvolvimento ao turismo municipal visando incentivar atividades turísticas nas regiões rurais do município, principalmente nas localidades que possuem desenvolvimento da Agricultura Familiar (Lei nº 2623 de 03/11/2009), sendo estas as principais legislações de incentivo ao turismo do município.

41 Foram realizadas 04 (quatro) entrevistas institucionais no município de Ipatinga, garantindo uma diversidade de informações que possibilitou uma visão do turismo. Os gestores são membros representantes dos seguintes órgãos/instituições: Prefeitura Municipal de Ipatinga - gerente de turismo; membro do Conselho Municipal de Turismo, representando a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer; presidente do Conselho Municipal de Turismo; representante do Instituto Cultura Usiminas - Usicultura.

As principais potencialidades do município para o setor são os segmentos de turismo de negócios e eventos, turismo cultural, de aventura e rural, demonstrando que esta é a sua característica marcante. Neste sentido, os principais pontos turísticos são: Parque Ipanema, Shopping do Vale do Aço, Instituto Cultural Usiminas, Usipa, Roteiro Rural de Ipatinga, Parque das Cachoeiras. A relação do poder público com a iniciativa privada do turismo ao longo desses anos vem se consolidando como uma importante parceria necessária para o fortalecimento do turismo, a exemplo da relação estabelecida com o Instituto Cultural Usiminas, Sebrae e outras. A infraestrutura de equipamentos e receptivo no município - hotéis, restaurantes, bancos - é excelente. Já como fragilidades para o setor foram diagnosticados o fato da economia ser principalmente industrial o que dificulta o entendimento do turismo como oportunidade para diversificar a economia local e regional, a falta de sinalização turística e a falta da conclusão da obra de duplicação da BR-381.

4.2 Cultura

Conforme demonstrado ao longo deste diagnóstico, o município de Ipatinga apresenta grande diversidade cultural e ampla oferta de atividades artísticas e culturais, em todas as áreas.

O município é pioneiro na institucionalização da política cultural em âmbito municipal e avançou na legislação relativa à política cultural, em consonância com a concepção de estruturação sistêmica da política de cultura no país. Assim, constata-se que o município se empenhou em elaborar as legislações e os instrumentos necessários a tal alinhamento, já instituiu o Sistema Municipal de Cultura, elaborou com participação da comunidade o Plano Municipal de Cultura e já conta com lei, fundo e conselhos de patrimônio e de cultura, em atuação.

Por outro lado, é fundamental frisar que alguns destes instrumentos da política pública e suas legislações não estão em pleno funcionamento ou ainda não foram regulamentados – como é o caso do PMCI. Além disso, há críticas ao modelo autorizativo do Fundo Municipal de Cultura e à descontinuidade de alguns programas importantes, como é o caso das escolas de teatro e de música, mantidas pela municipalidade.

A política de proteção ao patrimônio também demonstra estar alinhada à política estadual promovida pelo IEPHA. O município demonstra uma importante trajetória de criação de legislação específica, contemplando a proteção de todos os tipos de bens patrimoniais, seja de natureza material ou imaterial, permitindo o avanço nos processos de inventariação, tombamento e registro da memória social.

De acordo com a pesquisa de campo, as maiores potencialidades apontadas para a cultura local são: o grande número de artistas profissionais e espaços disponíveis; a existência de empresas com potencial de patrocínio; a infraestrutura cultural implantada; a legislação cultural de incentivo disponível; a presença de coletivos que pensam o turismo integrado com a cultura e a existência de programas estaduais e federais que beneficiam a cidade.

Por outro lado, foram apontadas como maiores dificuldades a pequena dotação orçamentária; a falta de informação e conhecimento sobre a contribuição da cadeia produtiva da cultura para a geração de emprego e renda.

Para que não se percam todas as conquistas e a importante trajetória histórica da política cultural – e da participação popular – em Ipatinga, é fundamental avançar na implementação do Sistema Municipal de Cultura e todos os seus componentes. Do mesmo modo, na realização das ações propostas no Plano Municipal de Cultura, na ampliação das ações descentralizadas e democráticas e na garantia do financiamento continuado das ações culturais no município, evitando que a alternância administrativa se configure também como descontinuidade das conquistas da sociedade civil no que é relativo às políticas e programas da área da cultura.

4.3 Esporte e Lazer

Ipatinga apresenta uma gestão da política para o esporte e lazer muito bem estruturada. Embora esta política não seja objeto de uma Secretaria Municipal exclusiva, ela é coordenada por um Departamento específico, o Departamento de Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Dessa forma, pode-se dizer que o Esporte e o Lazer ainda que não sejam tratados como prioridade, têm reconhecida importância para o Governo Municipal.

Tal constatação pode ser confirmada pelo o fato de existir uma legislação regulamentada e norteadora, referente ao Sistema Municipal de Esporte e Lazer, além da existência de Fundo Municipal de Esportes, que se encontra ativo, tendo inclusive financiado alguns projetos nos últimos anos. Embora tenha sido verificada carência de legislações que apoiem e incentivem a política esportiva e de lazer municipal, foi constatado que a legislação do Fundo Municipal de Esportes exerce uma função similar à legislação inexistente.

A representante municipal entrevistada informou que existe dotação orçamentária específica, correspondente a 0,8% do orçamento municipal, em média, destinada ao Departamento de Políticas Públicas de Esporte e Lazer. O diagnóstico possibilitou ainda apurar que o município participa de alguns programas promovidos pela Secretaria de Estado de Esportes: Jogos Escolares de Minas Gerais, Jogos de Minas Gerais, inclusive sediando uma de suas etapas. Destaca-se que nos últimos três anos foram aprovados 22 projetos, sendo que dois projetos têm como proponente a Prefeitura Municipal de Ipatinga.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que tem grande importância na organização e melhoria da gestão pública local, encontra-se ativo, permitindo assim, a participação de Ipatinga no programa do ICMS Solidário – Critério Esportivo.

A representante municipal entrevistada compreende que o esporte é muito importante para o município, pois nos últimos anos o Brasil tem se destacado na promoção das políticas públicas que favorecem a garantia dos direitos sociais aos cidadãos brasileiros. Além disso, Ipatinga tem destaque no cenário regional e estadual e sedia várias competições de futebol amador, jogos do interior, campeonatos estaduais de Natação, Judô e Atletismo.

Ela entende que a boa infraestrutura física, tais como os espaços e equipamentos esportivos e de lazer, o incentivo às categorias de base esportiva, o histórico esportivo (destaque regional e estadual), as parcerias estaduais e federais, através dos mecanismos de incentivo fiscal, bem como a mão de obra qualificada são as maiores potencialidades observadas no Esporte local. Contudo, as dificuldades em diversificar as fontes de financiamento e na manutenção dos equipamentos de esporte e lazer foram citadas como principais fragilidades para o desenvolvimento do esporte local.

A entrevistada afirma que o lazer também é muito importante para o desenvolvimento social e econômico de Ipatinga, pois o lazer deve ser visto como a grande solução para que se promova a compensação dos esforços físicos e mentais e como forma de se revitalizar as forças exauridas nas atividades laborais, mesmo que isso implique no restrito entendimento funcionalista e salvacionista do lazer. Os vários locais propícios ao lazer, tais como, praças, parques, campos, além de outras opções como cachoeiras e esportes radicais são as maiores potencialidades observadas do Lazer para o município. No entanto, a configuração geográfica de Ipatinga é considerada uma fragilidade para o desenvolvimento do lazer local, pois, segundo a entrevistada, os bairros são muito afastados e os locais de lazer, com exceção do Parque Ipanema são descentralizados.

Ainda de acordo com a entrevistada, as ações prioritárias que podem ser desenvolvidas no município para a promoção do desenvolvimento local no esporte e lazer são:

- Instituição de um programa permanente de manutenção dos equipamentos esportivos e de lazer;
- Retomada de um programa de iniciativas esportiva diversificada para formação de novos talentos;
- Maior aproximação das políticas setoriais (esporte e lazer, cultura, assistência social, saúde, turismo e educação);
- Buscar aprimorar a utilização dos mecanismos de incentivo fiscal, tanto no nível estadual quanto federal.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 26.

Tabela 26 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 27 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência/Localização	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
	Impacto sobre atrativos turísticos											
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
	Impacto econômico no setor turístico											
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
	Impacto ambiental e na paisagem											
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											

Cultura	Impacto sobre Bens Imóveis												
	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais												
	Impacto sobre Bens Móveis												
	Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural												
	Alteração de Costumes Locais												
	Alteração na Agenda Cultural												
Esporte	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas												
	Alteração do Calendário Esportivo												
	Alteração de atividades de entidades esportivas												
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas												
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte												
Lazer	Impacto sobre Espaços de Sociabilização												
	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer												

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 13 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



Figura 13 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 14, a seguir:

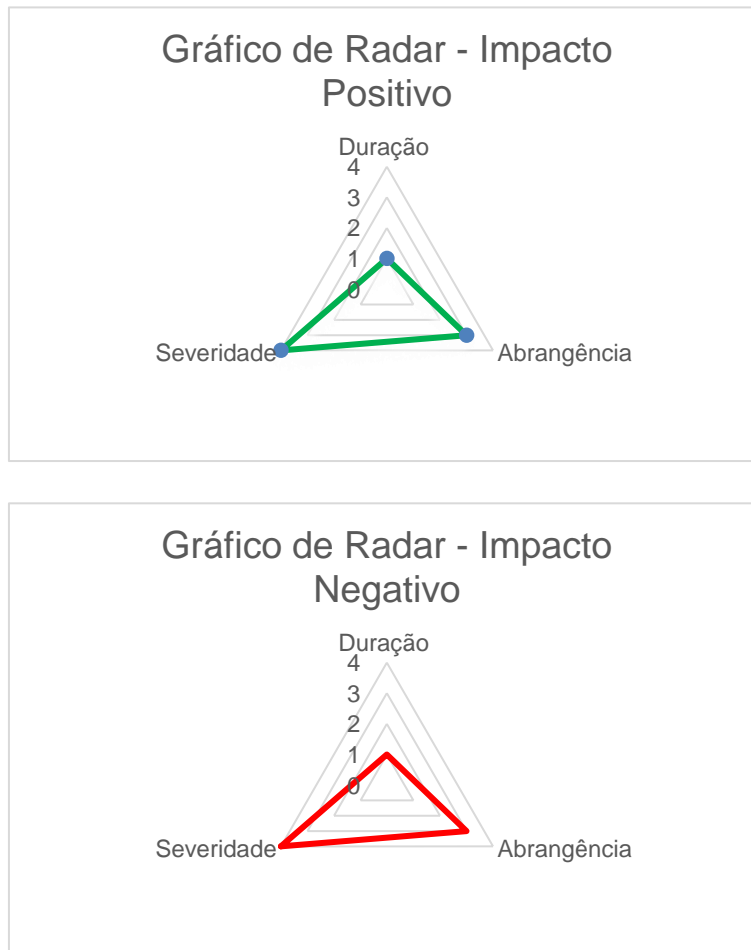


Figura 14 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 15 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

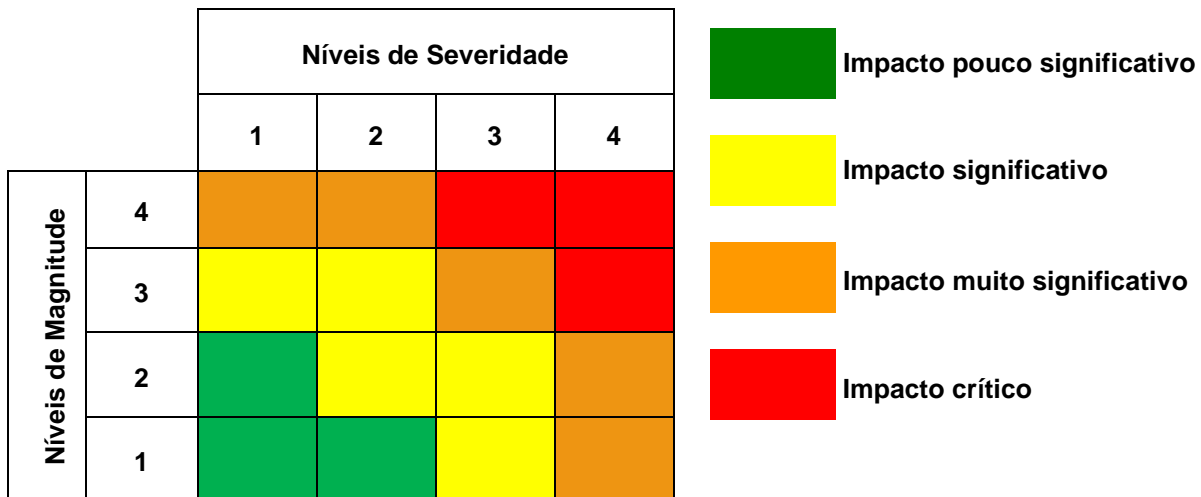


Figura 15 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.



- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo aponta para:



- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
- a) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
- b) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.



Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;



- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;



- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.



5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;



- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;



- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;



- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.



5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

5.2.1 Impacto na Imagem do Município

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado os meios de comunicação e a ciência. As informações e mensagens difundidas, bem como os resultados dos estudos e pesquisas realizadas revelam importantes aspectos sobre o Evento, mas podem, por outro lado, impactar negativamente a imagem dos municípios atingidos.

Para avaliar a repercussão do Evento e seus eventuais impactos na imagem do município foi elaborado um *clipping* de notícias por meio de pesquisas no principal sítio de busca da *internet*, o *google*, e também um recorte amostral da produção acadêmica, conforme apresentado na seção de diagnóstico.

As cinco matérias jornalísticas que compuseram a amostra do “*clipping* de notícias”, apresentaram teor “negativo”, sendo quatro veiculadas em órgãos de alcance regional e uma em órgão de alcance nacional. Todavia, as matérias jornalísticas não se reportam exclusivamente a Ipatinga, mencionando o município em listagens nas quais constam uma série de outros municípios atingidos. Ademais, nenhuma das notícias da amostra apresenta o nome do município em seu título.

Na nuvem de termos observa-se que os termos mais frequentes são: “Rio Doce”, “Vale”, “Samarco” e “Lama”. Ainda que com menor frequência foram registrados termos de cunho “negativo”, a exemplo de “dano” e “catástrofe”.

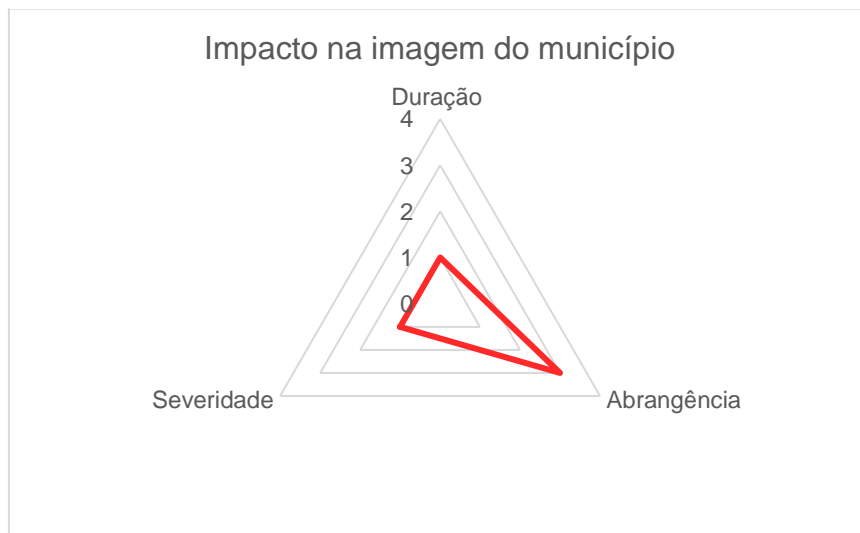
A análise da produção acadêmica evidencia que o município é mencionado em dois dentre os oito estudos que compõem o recorte amostral. Conforme exposto na seção de diagnóstico, o estudo “A tragédia do Rio Doce: A Lama, o povo e a água”, realizado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal de Juiz de Fora, dedica uma sessão ao município de Ipatinga e relata como encontrou o Rio Doce no limite de Ipatinga e Caratinga. O documento relata “a turbidez da água e

coloração avermelhada” bem como a identificação de atividades rurais às margens do rio, por meio de registros fotográficos de animais fazendo uso da água do rio.

No outro estudo que compõe o recorte amostral, há duas menções a Ipatinga. A primeira em uma listagem na qual descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento. A segunda menção, ocorre quando se apontam divergências entre os pareceres institucionais quanto à presença de rejeitos na água do rio Doce.

Considerando, pois, as matérias jornalísticas e os estudos acadêmicos observam-se que o impacto na imagem do município de Ipatinga é negativo, indiretamente relacionado ao Evento de rompimento da barragem de Fundão, de abrangência municipal (3) e curto prazo (1). A sua severidade é avaliada como baixa (1).

Gráfico 2 Impacto na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Consideradas a abrangência e severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como pouco significativo (1).

5.2.2 Impacto Ambiental e na Paisagem

É no território de Ipatinga, mais precisamente em sua região sudeste, próximo ao bairro Castelo e à Estação de Tratamento de Esgoto – ETE que o Rio Piracicaba deságua no Rio Doce, aumentando o volume de água deste em seu percurso rumo ao mar. Este encontro se dá logo após o rio Doce terminar o percurso em que margeia o maciço florestal do Parque Estadual do Rio Doce – PERD. Um pouco adiante, bem próximo à referida ETE, o Ribeiro Ipanema, principal curso d’água da bacia hidrográfica de Ipatinga, também desagua no Rio Doce.

Além da beleza cênica que caracteriza a paisagem formada pelo encontro dos rios e a foz do ribeirão Ipanema, este lugar possui relevante significado na história de formação do município, porque teria sido ali identificada a localização ótima para a implantação da planta industrial das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – USIMNAS, no final da década de 1950. Em 1964 o distrito criado em 1953, depois de crescer entorno da Estação da Estrada de Ferro Vitória a Minas, inaugurada em 1922, se emanciparia do município de Coronel Fabriciano. Nasceria então o município de Ipatinga, cujo nome significa Pouso de Água Limpa.

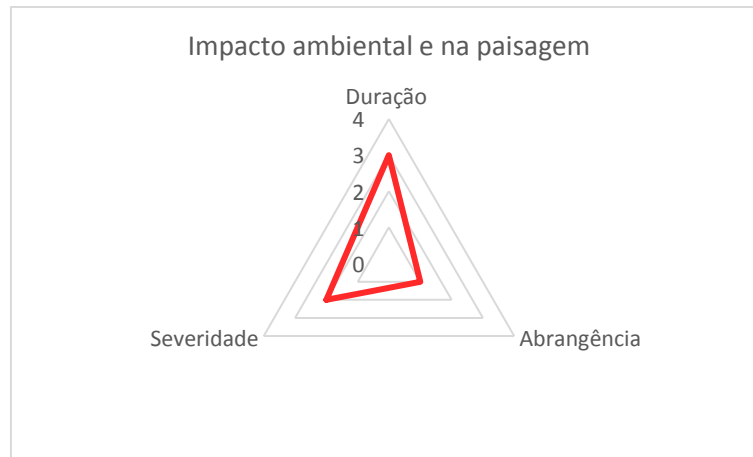
Com o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, o cenário ora descrito foi impactado pela lama despejada na calha do rio Doce, conforme avaliaram dois dos gestores entrevistados em Ipatinga. Este ponto de encontro se localiza próximo a um bairro que possui pistas de caminhada e ciclismo margeando o rio, então com as águas poluídas pela lama escorrida.

Como o rio Doce é um dos dois principais rios que passam pelo município, a força da lama que escorreu e, conseqüentemente, a poluição das águas fez com que a paisagem que margeia o rio perdesse sua configuração e se deformasse. A paisagem impactada não foi objeto de intervenção para a mitigação do impacto ora descrito.

Trata-se, pois, de um impacto de natureza negativa, diretamente decorrente do rompimento da barragem de Fundão, de abrangência localizada (1), e longa duração (3).

Avalia-se a sua severidade como média (2), porque o Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem.

Gráfico 3 Impacto Ambiental e na Paisagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas a abrangência e a severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como pouco significativo (1).

5.2.3 Impacto Econômico no Setor de Turismo

Os levantamentos de dados em campo por ocasião da elaboração do INVTUR possibilitaram identificar e inventariar bens e serviços no setor de turismo. Também foram envidados esforços com o objetivo de identificar e avaliar com gestores e lideranças locais os impactos sobre os setores de turismo, cultura e esporte e lazer. No setor do turismo, os levantamentos de dados possibilitaram identificar impactos no segmento de alimentos e bebidas que prestam serviços remunerados e de agenciamento turístico.

5.2.3.1 Impactos sobre Serviços e Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Em Ipatinga foram inventariados 167 estabelecimentos no segmento de alimentos e bebidas, dos quais um estabelecimento percebeu impacto decorrente do Evento. O responsável pelo referido empreendimento informou em entrevista que, em razão da paralisação temporária das atividades da empresa Cenibra, os funcionários que lá trabalhavam pararam de frequentar o seu restaurante, o que resultou em diminuição na arrecadação e geração de empregos. Outros três entrevistados sinalizaram diminuição na arrecadação e seis na diminuição da clientela, porém, nenhum deles associou esta situação ao Evento.

5.2.3.2 Impactos sobre Atrativos e Agências de Turismo

Conforme exposto na seção de diagnóstico, o município de Ipatinga possui dez empresas que prestam serviço de agenciamento turístico, das quais 60% são do tipo receptivo e emissivo enquanto as demais são exclusivamente do tipo emissivo.

O representante de uma das agências de turismo do tipo emissivo e receptivo informou em entrevista que os impactos causados nos atrativos naturais regionais influenciou na diminuição da quantidade de clientes atendidos, ocasionando queda na arrecadação com produtos e serviços do turismo e no número de empregos gerados no estabelecimento.

Tem-se, pois, um impacto de natureza negativa, indiretamente decorrente do rompimento da barragem de Fundão, de baixa magnitude (1) e curto prazo (1). Avalia-se a sua severidade como baixa (1).

Gráfico 4 Impacto Econômico no Setor de Turismo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas a magnitude e severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como pouco significativo (1).

Tabela 28 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Descrição dos impactos	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento	Citação município em matérias jornalísticas e estudos acadêmicos.	IN	II	1	3	1	2	Capacitação e Promoção do Turismo Ações de fortalecimento institucional para a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer.	2	1	1
Impacto econômico no setor turístico	Queda em vendas no segmento de alimentos e bebidas e de	IN	II	1	1	1	1	Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1

	serviços de agenciamento turístico.										
Impacto ambiental e na paisagem	Impacto na paisagem no encontro dos rios Doce e Piracicaba.	IN	ID	3	1	2	1	Ações de Requalificação Ambiental	1	1	1

Fonte: Expressão Socioambiental 2016.



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Lista de Entrevistados

Tabela 29 Entrevistados no município

Nome	Nome do órgão/setor
Wenderson Godoy	Presidente do conselho municipal de políticas culturais e artista da híbrida dança
Leila Aparecida Cunha	Diretora do departamento de cultura
Ricardo Augusto Crochet	Presidente do conselho municipal de patrimônio
Penelope Portugal	Instituto Cultural Usiminas
Cláudio Gualberto	Secretário Adjunto de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Aparecida Pires Sampaio	Prefeitura Municipal de Ipatinga gerente de turismo
Suely José da Cruz Gomes	Membro do Conselho Municipal de Turismo, representando a Secretaria de Cultura Esporte e Lazer
Sebastião Juscelino	Presidente do Conselho Municipal de Turismo
Ana Carolina Malini de Jesus Martins	Gerente de seção

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 30 Equipe Técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos



Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos



Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2017.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

Beni, M.C. Análise Estrutural do Turismo. São Paulo. Senac, 2007.

BRASIL Ministério da Cultura, Cadernos de orientação para os estados, 2012.

Disponível

em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148Guia-de-orienta%25C3%25A7%25C3%25B5es-para-os-Estados-SNC-Perguntas-e-Respostas-dezembro-de-2012.pdf/dde2db14-f3bb-4cc3-8812-328895390e64>. Acesso: 20/01/2017.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2017.

Diário Oficial da União, Nº 173, sexta-feira, 06 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=21&data=06/09/2013>, acesso em 10/01/17.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. IPATINGA [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), VISITADO EM 10/12/2016.

Fundação João Pinheiro. Índice Mineiro de Responsabilidade Social. Perfil Municipal. Ipatinga. <http://imrs.fjp.mg.gov.br>, Visitado em 07/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

Fundo Estadual de Cultura Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2016.

FUTURA, Matriz de Hierarquização de iniciativas, 2016.

[HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/icms/pontuacao-definitiva-exercicio-2017.pdf). VISITADO EM 8/12/16.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, Módulo Cultura. IBGE, 2014. Disponível para download em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95013.pdf> e o banco de dados em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2017.

ICMS Patrimônio Cultural – Município de Ipatinga, Exercício 2017. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IPATINGA EXERCÍCIO 2017.

Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha. Diretoria de Promoção. Lista dos bens protegidos. Exercício 2017.

LIBÂNIO, Clarice. Um olhar sobre Ipatinga e sua cultura, IN DRUMMOND, Alessandra (org.). Cidades e políticas de cultura: diagnóstico, reflexão e proposições. Belo Horizonte: Artmanagers, 2012. 216 p.

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL IPATINGA IMRS.FJP.MG.GOV.BR. ACESSADO EM 27.11.2016.

MINAS GERAIS, Fiscalizando com o TCE, disponível em:<http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>. Acesso em 20/12/2016.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSADO EM 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 13/01/2017.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> ACESSO EM: 26/11/2016

MINISTÉRIO DA CULTURA. Guia de Orientações para os municípios: perguntas e respostas. Dezembro de 2012, Disponível em <http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2011/01/cartilha-SNC.pdf>

Ministério do Turismo. Introdução à regionalização do Turismo. Brasília, 2007.

OMT – Código Mundial de Ética do Turismo. Disponível em:

http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf

OMT – Organização Mundial do Turismo. Disponível em: <http://www2.unwto.org/>.

Perfil dos estados e dos municípios brasileiros: cultura: 2014/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IBGE, 2014.

PMI/DIVERSO. Mapeamento Cultural de Ipatinga – Relatório de Resultados (Produto 4). Ipatinga: PMI, 2015, 305p.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE IPATINGA SETUR - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Plano Municipal de Cultura de Ipatinga. Ipatinga, novembro de 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009.

DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >. ACESSO EM: 23/11/2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2017.

SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA: ENDEREÇO: <http://www.ipatinga.mg.gov.br>

Sítio Lei Robin Hood. Fundação João Pinheiro www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/

Superintendência de Ação Cultural. Programa de Bandas. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2016.

Superintendência de Bibliotecas Públicas do Estado de Minas Gerais. Cadastro de bibliotecas. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.